

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FEV
200
PR-10

APLICABILIDADE DA TEORIA DE CAPACIDADE
DE HEIDER À CLÍNICA PSICOTERÁPICA

MICHEL SHPIELMAN

FGV/ISOP/CPGP
PRAIA DE BOTAFOGO, 190 - SALA 1108
RIO DE JANEIRO - BRASIL

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

APLICABILIDADE DA TEORIA DE CAPACIDADE DE HEIDER
A CLÍNICA PSICOTERÁPICA

POR

MICHEL SHPIELMAN

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, Março de 1989

S U M A R I O

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Summary	vii
I. Introdução	1
I.1 O Problema	3
I.2 Limitações e Delimitações	8
I.3 Organização do Trabalho	10
II. O Conceito de Ser Capaz de Heider	11
III. Capacidade Civil	31
IV. Psicoterapia	39
IV.1 A Mágica do "Tornar Capaz"	45
IV.2 A Alternativa do "Não Precisar ser Capaz".....	60
V. Conclusões	78
VI. Referências Bibliográficas	89

A G R A D E C I M E N T O S

Gostaria de agradecer inicialmente a todos os professores que, seja na graduação ou no mestrado, contribuíram para minha formação profissional e cultural. Há um pouco de cada um em cada linha deste trabalho e em cada momento em consultório. Seria injusto entretanto, se não citasse nominalmente o professor Celso P. Sá que despertou em mim o interesse pela psicologia social ainda nos primeiros anos de estudo, assim como também o professor Luis Fernando Teixeira Dantas que através de sua competência profissional tornou-se a base do meu modelo de atuação clínica.

Na pós-graduação, os agradecimentos seriam infindáveis. Ressalto, no entanto e em especial, o professor Aroldo Rodrigues que vem ano após ano, com suas pesquisas e trabalhos em psicologia social, tornando cada vez mais legítimas as contribuições desta área. Um especial agradecimento também ao professor Eliezer Schneider, que muito gentilmente aceitou participar da banca examinadora deste trabalho, valorizando-o imensamente com sua participação.

À professora Elida Sigelmann, minha orientadora e amiga, pela sua paciência, dedicação e inteligência, meu mais especial obrigado. Como técnica e como pessoa, a Dr^a Elida literalmente viabilizou este trabalho em todos os aspectos.

Gostaria de agradecer também aos colegas terapeutas que muito contribuíram para este trabalho com suas críticas e comentários, em especial ao Dr. Paulo René Guimarães pelo tempo

que me dispensou e suas valiosas observações.

A minha família, que em todos os momentos apoiou-me e estimulou e em especial a minha esposa Talitha, que sempre me fez sentir capaz de realizar este trabalho.

Finalmente gostaria de estender os agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram, sempre solícitos e de boa vontade, na concepção final do trabalho.

R E S U M O

O novo paradigma da ciência vem em todos os campos do saber ressaltando a importância da interdisciplinaridade como fator holístico de aprimoramento do conhecimento. A psicologia vem nos últimos tempos adquirindo muito mais contribuições de sua interrelação com outras ciências do que com suas próprias áreas. Por acreditarmos que este afastamento tem sido um dos fatores de desagregação da psicologia como ciência, propomo-nos neste trabalho, a demonstrar a viabilidade de utilização clínica das teorias da psicologia social.

Delimitamos nossa escolha teórica ao conceito de capacidade de Heider, por julgarmos que grande parte dos conflitos relacionais, ou mesmo os vinculados à questão de auto-imagem, encontram-se direta ou indiretamente a ele relacionados.

O aprofundamento técnico do conceito de capacidade deu lugar a que se fizesse uso dos modelos de Heider na psicologia clínica, derivando-se duas formas de intervenção. Denominamos a primeira de "A MÁGICA DO TORNAR CAPAZ", onde o terapeuta trabalha sobre o percepto do cliente sobre si mesmo de modo a aumentar suas possibilidades de realização. A segunda chamada de "A ALTERNATIVA DO NÃO PRECISAR SER CAPAZ", onde há um questionamento dos objetivos do cliente que, por não estarem sendo atingidos, vem provocando frustração e sentimentos de incapacidade. A opção por um ou outro método de atuação clínica não segue nenhum padrão específico, estando na dependência da

avaliação do terapeuta a respeito da legitimidade e da possibilidade real do binômio desejo/condição.

São incluídos no corpo do trabalho, resumos de intervenções clínicas que utilizam a conceituação de Heider sobre capacidade. Estes exemplos clínicos têm por objetivo ilustrar cada modelo apresentado.

As conclusões demonstram a viabilidade de aplicação do conceito de capacidade à prática psicoterápica, sugerindo a possibilidade de estender esta observação a outros conceitos e teorias da psicologia social. Acredita-se também, por outro lado, que isto já vem ocorrendo embora não sistematicamente, mas de modo intuitivo.

SUMMARY

The new paradigm of science is standing out the interdisciplinarity magnitude as an holistic factor for the scientific refinement. Nowadays, psychology is developing more exchange knowledge with other areas of science than with the different areas of psychology. We believe that this dispersion is one of the factors of disaggregation of psychology as science and we propound to demonstrate in this thesis the feasibility for use of the social psychology theories.

We have delimited our theoretical choice to the Heider's conception of capability. We consider that the majority of relationship conflicts, or even the ones entailed to the self image question, are related direct or indirectly to this concept.

Through the theoretical search of the capability concept, two forms of clinical intervention based on the utilization of the Heider's patterns were established. We named the first one "THE MAGIC OF BE ABLE TO", when the therapist works on the client percept of himself, in order to increase his possibilities of fulfillment. The second one we named "THE CHANCE OF NOT BEING ABLE TO", when the client's aims are being argued and that, as not reached, are causing frustration and incapability feelings. The option for the first or the second method of clinical intervention does not follow a specific pattern and depends on the therapist's evaluation, as far as the legitimacy and the real possibility of the binomial desire/condition are concerned.

In this thesis were included excerpts of clinical

interventions in which the Heider's concept of capability have been used.

These clinical examples act as illustrations in each model presented.

The conclusions show that as far as the capability is concerned, the use of Social Psychology concept and theories in the clinical psychoterapy was feasible. We believe that they really are already being used in spite of the non method ical arrangement and even in an intuitive way.

CAPÍTULO I

I N T R O D U Ç Ã O

O caráter interdisciplinar vem se mostrando cada vez mais relevante no desenvolvimento científico e tecnológico. A informática vem contribuindo para uma extensa gama de disciplinas. Livros de linguagem e comunicação vêm sendo citações obrigatórias em bibliografias de trabalhos e estudos nas áreas médicas e psicológicas, plantas de engenharia e arquitetura aparecem co-assinadas por paisagistas, enfim toda uma rede de disciplina inicialmente independentes vêm se formando para que todos possam beneficiar-se das conquistas e avanços alcançados pela ciência como um todo.

A psicologia em especial vem estendendo suas contribuições a diversos campos do saber, assim como vem se beneficiando também desta interrelação disciplinar. Em seu interior, entretanto, têm sido modestos os intercâmbios entre as áreas nas quais atua. Clínica, Social, Escolar e Industrial têm adquirido nos últimos anos muito mais com outras disciplinas do que entre si. Naturalmente, isto não ocorre por acaso. Se, dentro de cada uma destas áreas, os cientistas ali atuantes raramente conseguem chegar a um consenso teórico ou metodológico, como pode se esperar que aceitem as contribuições de áreas inicialmente preocupadas com objetos divergentes?

Estas divergências dentro de cada área foram incluídas por Aroldo Rodrigues (1979) entre os principais motivos da eterna crise pela qual atravessa a psicologia e, evidencia-se

principalmente na clínica, onde entram em jogo posicionamentos ideológicos e filosóficos contrastantes em suas bases mais primárias. O confronto de idéias e os posicionamentos contrários são, no nosso entender, extremamente saudáveis, desde que contribuam para o crescimento do saber. A física é um bom exemplo de uma disciplina que vem aprimorando seus paradigmas através deste movimento de idéias. Lamentavelmente, o que vem ocorrendo com a psicologia não é isto. Em torno de cada novo enfoque, ao invés de uma investigação científica epistemológica rigorosa e posterior assimilação dos conceitos pela psicologia como um todo, o que vemos é a formação de uma nova corrente de pensamentos teórico, uma nova psicologia, uma nova "tribo" independente dentro da grande "nação" psicológica. Desunida desta forma, a psicologia só tem a perder como ciência e os psicólogos como classe profissional. Retornando ao exemplo da física, se isto tivesse ocorrido com esta disciplina, teríamos hoje uma física Aristotélica, uma física de Galileu, uma física Newtoniana, uma física de Einstein, uma Planckiana, etc..., completamente independentes entre si. Não fica difícil imaginarmos que, deste caos, não se poderia chegar a resultados muito positivos. Parece estranho e absurdo quando nos referimos à física, no entanto, não se estranha quando falamos de uma psicologia Rogeriana, uma psicologia Skinneriana, uma psicologia Freudiana, Cognitivista, Existencialista e mais uma série de psicologias que aparentemente independentes, dentro de um mesmo espaço.

Não nos surpreendemos quando vemos a teoria de campo, proveniente da física, influenciar o pensamento de teóricos da psicologia e determinar métodos de representação da realidade

psicológica como em Lewin. No entanto, não conseguimos distinguir de imediato o que Roger, por exemplo, tem em comum com a teoria do desamparo de Seligman, ou como encaixar Adler em um raciocínio sobre Locus de Controle. A psicologia social e a clínica psicoterápica têm diversos aspectos em comum, tendo como seu ponto de alcance mútuo a interrelação entre indivíduos, estas duas facetas do conhecimento psicológico parecem correr em raias paralelas, quase como se ignorassem qualquer coisa em comum entre si.

I.1 O PROBLEMA

O clima positivista que caracterizou a ciência no século XIX atingiu também as teorias psicanalistas da personalidade formuladas na época. Notadamente em Freud e posteriormente em Jung, o homem é percebido como um sistema complexo de energia que interage com o mundo em função de sua sobrevivência, propagação da espécie e prosseguimento do processo evolutivo. Desta visão evolucionista, surge como base do pensamento dos primeiros psicanalistas a noção de que equilíbrio psicológico estariam diretamente relacionados com o ajustamento, do ponto de vista Darwiniano de sobrevivência. Ou seja, algumas pessoas estariam melhor equipadas e conseqüentemente mais aptas do que outras para esta interação com o mundo.

Em fins do século XIX, outras tendências começam a brotar no pensamento científico. Estas novas tendências, que discordavam da concepção puramente biofísica, tomavam por base os estudos que provinham da sociologia e da antropologia, que

a esta altura já vinham crescendo em importância e fidedignidade científica. Com o advento do século XX, os estudos que demonstravam a importância do meio social na construção da personalidade e sua influência nos processos psicológicos, já estavam definitivamente contaminando o pensamento da psicologia.

No ano de 1947, meados do século XX, quando Heider começa a trabalhar nos manuscritos daquele que seria seu trabalho mais importante, o livro "Psicologia das Relações Interpessoais", os grandes teóricos da personalidade já haviam muito incorporado às suas teorias contribuições da área social. Adler, Karen Horney, Fromm e Sullivan podem ser considerados os fundadores das teorias Culturalistas que, apesar de adicionar à psicanálise estas contribuições, não chegaram exatamente a formular novas teorias. Sullivan foi talvez o que mais distanciou da psicanálise, apesar de inicialmente também utilizar-se de conceituações desta doutrina. Tem entretanto o mérito de ter consolidado a importância dos processos sociais nas teorias clínicas da personalidade ao formular sua teoria das relações interpessoais.

Quando em 1957 encerra os trabalhos sobre seu livro, Heider já considerava estas relações interpessoais como o que deveria ser "o paradigma da psicologia social" (apud, Dela Coleta, 1982, p.3) e sobre elas desenvolve seus trabalhos pioneiros neste campo, a partir dos quais surgem outros nomes de relevância à psicologia social, tais como Edward E. Jones e Keith E. Davis.

Partidário do que denominou de psicologia "ingênua", Heider interessou-se pelos fenômenos relacionais do nosso co-

bientais não o seria em outras, ou seja a unidade existe apenas naquela condição específica.

Heider sustenta que a tendência natural das ações e sentimentos está voltada para a busca ou manutenção da situação de equilíbrio. Por outro lado, situações desequilibradas podem vir a exercer certo fascínio sobre as pessoas, em função de seu caráter de desafio que nos estimula a pensar e a despertar em nós sentimentos de ambiguidade atraentes ao intelecto. Para exemplificar esta afirmativa, Heider realça que todo fascínio da literatura de Dostoievski está na forma abusiva com a qual preenche seus personagens de sentimentos deste tipo.

Uma afirmação de tendência contrária ao óbvio tende a ser entendida como paradoxal. No entanto, tende também a ser sentida como algo de profundo sentido psicológico. Para Heider, as afirmações paradoxais atuam em dois níveis distintos. Por um lado, se comparadas aos padrões do óbvio são absurdas; por outro no entanto, se aprofundarmos nossa análise, encontramos muitas vezes justificativas para o absurdo aparente.

Heider destaca como característica de situações equilibradas alguns pressupostos como: HOMOGENEIDADE, onde o indivíduo percebe o outro como positivo ou negativo, a partir de uma generalização conceitual, como por exemplo, a associação entre a aparência externa de alguém e os traços centrais da personalidade desta pessoa; SEMELHANÇA, onde a tendência afiliativa manifesta-se por indução, ou seja, supõe-se que algo semelhante a nós ou a um outro objeto por nós apreciado deva ter as mesmas características positivas que nos imputamos. Heider exemplifica com o termo inglês "like", que como verbo significa "gostar" e

como substantivo significa "igual", "semelhante"; INTERAÇÃO e PROXIMIDADE, onde observa-se que como consequência de interação membros de um grupo passam a perceber-se como também mais semelhantes; FAMILIARIDADE, onde com frequência verifica-se que estes fatos influem nos sentimentos em relação ao objeto familiar e, finalmente PROPRIEDADE, que a priori envolveria somente relações entre pessoas e objetos, o que na realidade não ocorre, existindo também nas relações entre pessoas.

Importantes teóricos da psicologia social tem feito significativos acréscimos à teoria original do equilíbrio e muitos outros assuntos, como mudanças de atitude e atribuição de causalidade, tem encontrado nesta teoria as bases fundamentais de seus pressupostos teóricos. É simplesmente impossível atualmente pensarmos em relações interpessoais sem que se ressalte o nome de Heider e sua teoria do equilíbrio.

É frequente estabelecermos polaridades ou distinções entre teóricos, no propósito de situá-los num campo individual ou num campo de teorias sociais. Holland (1979) estabelece uma linha, na qual pretende demonstrar a distinção entre os teóricos no que concerne os seus posicionamentos nestes campos.

<u>Freud</u>	<u>Erikson</u>	<u>Sullivan</u>	<u>G.H. Mead</u>
individual			social

Percebe-se que, mesmo do lado dos teóricos voltados ao social, os que encontramos são aqueles que têm relação formal com a psicologia clínica. Perguntamo-nos se esta linha demonstrativa de Holland não poderia ser estendida até Heider,

Festinger, Kelley, Rotter ou Seligman ou se seria necessária uma outra linha paralela na qual estes estivessem incluídos. Ou seja, se a psicologia social pode de alguma forma estar relacionada com a prática clínica ou deve permanecer como uma instância independente desta.

Acreditamos que uma visão mais relacionada destes aspectos acresceria em muito nosso entendimento destas áreas e facilitaria-nos a utilização de recursos que até então só têm sido usados na clínica de forma não sistemática, ingênua e quase intuitiva. Quando vemos Heider pesquisar e escrever sobre desejo, prazer, sentimentos, etc..., somos levados a nos questionar como e onde podemos encontrar estas contribuições na prática clínica.

Em função desta abordagem interdisciplinar entre social e clínica, o que nos propomos no presente trabalho é demonstrar a viabilidade de aplicações de teoria sociais na clínica psicoterápica. Não pretendemos aqui construir uma metodologia de aplicação destas teorias. Apenas, como frizamos, demonstrar suas possibilidades clínicas.

I.2 LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÕES

Com a finalidade de não nos perdermos em postulações teóricas divergentes dentro da mesma área da psicologia social, delimitamos nosso estudo a Fritz Heider e, mais especificamente, à sua conceituação de "sentimento de capacidade". Escolhemos este conceito por julgarmos que, dentro da prática psicoterápica,

encontramos dificuldades pessoais que, mesmo variando qualitativamente e quantitativamente, estão intrinsecamente relacionadas direta ou indiretamente a esta conceituação.

Conflitos pessoais ou relacionais provenientes de capacitação são relativos ao contexto social ocidental, na medida em que dentro deste padrão cultural a expectativa de realização vem vinculada à formação de auto-imagem e conceito social do indivíduo. Acreditamos assim não haver qualquer impedimento transcultural na utilização dos conceitos formulados por Heider em nossa realidade vivencial. Pesquisas e trabalhos de ordem transcultural sobre estas postulações, ou sobre conceitos relacionados como equilíbrio, já se confirmaram fidedignos a nosso contexto, o que em nosso entender abona a transposição cultural.

Do ponto de vista clínico optamos pela não demarcação de qualquer abordagem teórica em especial, isto por julgarmos que, em se distinguindo uma determinada abordagem, estaríamos vinculando a teoria de Heider a esta teoria clínica, o que não é nosso objetivo e sim demonstrar como dito na definição do problema sua aplicabilidade à prática psicoterápica, independente do modelo teórico utilizado pelo terapeuta. Procuramos assim não dar ênfase à atuação clínica, ou melhor dizendo reduzir ao máximo sua interferência no modelo de Heider. O enfoque teórico dado à psicoterapia vem completamente vinculado à teoria de Heider, sem a descrição teórica do campo clínico em especial.

A ausência quase absoluta de uma bibliografia específica ao nosso intuito foi, infelizmente, um forte limitador de nossa exploração teórica. Esperamos ter conseguido minimizar esta deficiência com leituras de assuntos, tais como "poder",

"ajustamento", "interrelação", dissonância cognitiva", etc..., que avaliamos como pertinente ao nosso propósito.

I.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Pela própria natureza teórica do trabalho, procuramos dividi-lo em capítulos bem específicos, sem no entanto perder a homogeneidade do conceito de capacidade, de forma a tentar dentro do máximo possível manter uma identidade ao propósito do trabalho como um todo. Iniciamos com um capítulo a respeito do conceito de capacidade onde procuramos dar uma visão teórica bem detalhada, não só deste conceito em particular, como de toda a produção teórica de Heider vinculada diretamente a este postulado. Evidentemente não nos propomos a repassar toda a teoria de Heider, mesmo porque não consideramos aqui, em função de nossa delimitação, outros conceitos deste autor que não aqueles diretamente vinculados à "capacidade".

Em seguida, apresentamos um breve capítulo sobre capacidade civil, que tem por finalidade uma abordagem cultural da questão. Servindo como uma introdução ao capítulo de psicoterapia, esta abordagem cultural remete-nos também aos parâmetros utilizados em nossa sociedade para avaliação de capacidade, o que, como veremos, é de extrema importância à introjeção pessoal deste conceito.

No capítulo seguinte, relativo à psicoterapia, procuramos intercalar os conceitos teóricos apresentados até então à prática clínica de consultório. Partindo de uma análise dos

fatores relativos à capacidade dentro do âmbito geral da psicologia clínica, vamos associando-os a tópicos bem explorados nesta área como "poder" e "realização". Dividimos em duas formas básicas as condutas psicoterápicas na utilização do conceito de capacidade e demos subdivisões a cada forma, dependendo do tipo e modelo de aplicabilidade. A primeira, denominamos "A MÁGICA DO TORNAR CAPAZ", onde o terapeuta interfere na percepção pessoal de auto-capacitação do cliente. A segunda, denominamos "A ALTERNATIVA DO NÃO PRECISAR SER CAPAZ", onde não há um "acréscimo" na percepção de capacidade, mas sim um estímulo ao questionamento do objetivo pretendido. Procuramos durante as duas formas de conduta exemplificar com intervenções clínicas, as quais julgamos, não apenas ilustrativas, como elucidativas e complementárias de nosso objetivo.

Os exemplos clínicos foram retirados de nossa prática de consultório, à exceção do utilizado para ilustrar o Estágio III da forma "tornar capaz", relatado por outro terapeuta. As descrições das entrevistas clínicas não estão apresentadas em sua íntegra; resolvemos, a título de praticidade, efetuar uma triagem de modo a reduzir os relatos apenas ao propósito ilustrativo de cada subdivisão metodológica.

CAPÍTULO II

O CONCEITO DE SER CAPAZ DE HEIDER

Para uma compreensão mais precisa do conceito de "ser capaz" de Heider, torna-se imprescindível entendermos que, para

ele, trata-se de um conceito disposicional ou seja não é um conceito estanque no qual se admite uma relação de forças definitivas entre as partes ou, em outras palavras, não existe ninguém capaz de tudo o tempo todo, isto porque, para Heider, a relação dar-se-á com o indivíduo e um ambiente que, apesar de estável, é também variável. Por uma questão metodológica, deixaremos para mais tarde uma explicação mais detalhada deste conceito disposicional. Pelo momento, torna-se bastante entendermos certas propriedades relativas ao conceito de disposicionalidade que, como veremos, possibilitam aos indivíduos a formação de nexos causais, com os quais farão suas relações com os vários aspectos de suas realidades.

Heider chama de nexos causal os fatos diretamente observáveis pelos indivíduos em suas relações com os outros e nos comportamentos e estruturas alheias. Partindo de uma estrutura de causa e efeito, estabelecemos vetores que nos possibilitam entender aquilo que poderíamos chamar de "direção da ação". Vejamos, por exemplo, uma relação simples entre dois sujeitos: João (P) dá um objeto (x) a Maria (o). Esta ação teria a seguinte disposição vetorial: $p \text{ dá } x \text{ a } o$ ($P \longrightarrow o$) onde, a fonte causal da ação seria p (João), uma vez que o conceito de dar implica em se entregar algo a alguém. Sob este princípio, outras relações seriam assim disposicionadas por Heider:

P pega X de o = $p \longleftarrow o$ (Fonte causal p)

p recebe X de o = $p \longleftarrow o$ (Fonte causal o)

p guarda X de o = (sem movimento) (Fonte causal p)

Para que possamos estabelecer esses nexos, certas no

ções perceptivas precisam tornar-se estáveis dentro de nós. Caso contrário, a nossa realidade física e relacional transformar-se-ia num incompreensível caos. Como nossa percepção fenomenal (consideramos aqui desnecessária uma explicação dos conceitos fenomenológicos básicos, apesar de serem inegavelmente necessários à compreensão da conceituação de Heider) implica não só em percebermos o mundo mas também, e neste caso principalmente, percebermos que o mundo nos percebe, necessitamos de uma constância nas nossas propriedades. Esta constância dá-se a partir de uma noção comum e básica a respeito de nós mesmos e do mundo. A partir do momento que introjetamos o conceito de, por exemplo, "mesa", passo a identificar como "mesa" qualquer mesa diferente que vejo ou mesmo sob que ângulo, dimensão ou situação que a vejo. À esta constância, Heider chama "coordenação". As propriedades disposicionais de um objeto (ou pessoa), isto é, condições relativamente invariáveis do mundo que nos cerca, é que irão permitir estabelecermos estas coordenações. Quando estas constâncias atuam no nível do psicológico (Propriedade Psicológica Disposicional), os sentimentos do outro são identificados ou concluídos por nós antes de executarmos uma ação e isto, esta análise dos sentimentos de "o", é que definirá se "p" fará ou não a ação. Se, por exemplo, tenho uma imagem de João (o) como uma pessoa orgulhosa, isto pode me bloquear uma ação de perdô-lo de uma dívida, o que eu (p) gostaria de fazer.

Na formação de nexos causais acima, minha percepção de João implica no conceito de seu orgulho e este conceito, mais do que propriamente o objeto de minha ação (João), é que findou por defini-la. Ainda neste mesmo exemplo, a maneira pela qual

percebo João (descrição fenomenal) e porque eu o percebo assim (descrição causal) foram as responsáveis pela direção da ação ($p \rightsquigarrow o$) por mim efetuada. ($p \rightsquigarrow o$) não está incluído nas direções de ações demonstradas por Heider; no entanto, não acreditamos que fuja à linha de seu raciocínio. Estes dois fatos reunidos formam o que Heider chamaria do meu "percepto" de João, ou seja, o João que eu tenho dentro de mim e é com este que eu me relaciono. Neste processo de construção de perceptos muito importante para melhor entendimento do "ser capaz" de Heider, alguns fatores merecem uma atenção especial. Consideremos a princípio o que Heider denomina de "mundo interpessoal". Este conceito corresponde a tudo que pode ser percebido por todos, sem distinção e principalmente, sem a autorização do objeto percebido. Estas percepções influirão na formação do percepto deste objeto, quer ele autorize ou não, o que difere de, por exemplo, uma postura que o sujeito resolva permitir que um outro perceba. Se um sujeito revela a outro sua covardia em relação a algo, ele está autorizando que "covardia" faça parte da construção do percepto que o outro fará de si. No entanto, se este sujeito é fisicamente fraco, o aspecto "fraqueza" fará parte do percepto sobre ele, quer deseje ou não, uma vez que esta característica é externa e portanto observável por qualquer outro sujeito percebedor.

Outro fator influente na construção de perceptos é a chamada "Inclusão". Neste caso, o percebedor age de forma generalizante pois relaciona um objeto como parte de um dado grupo já percebido (mediado). O conceito de mediação implica no aprofundamento de fatores que não consideramos pertinentes a

nossos objetivos. Deve ser simplificaradamente entendido como um conjunto de informações a respeito dos conteúdos ambientais que facilitariam a percepção. Este objeto mediado passa a "herdar" o percepto construído do grupo. Apesar deste fator ser primordialmente responsável pela formação de preconceitos e esteriótipos, não deve ser confundido com estas percepções distorcidas, pois são elas muito mais consequências de inclusões de um percepto grupal já deformado. A inclusão, na verdade, refere-se a um conjunto ambiental no qual o objeto é inserido pelo percebedor, ou seja a suposição (nem sempre correta) do que podemos saber como um sujeito é pelo tamanho de seu cabelo, por exemplo, onde o grupo (homens que usam cabelos longos) são identificados a condutas específicas (hippies). Não é difícil notarmos que os perceptos podem, muito facilmente, apresentar distorções perceptivas. Entretanto, em primeiro lugar, devemos considerar a visão fenomenológica, citada acima, na qual são com estes perceptos (fenômenos) que o indivíduo irá se relacionar (sejam eles correspondentes ou não ao senso comum) e não com os objetos ainda não mediados (nômenos). Sendo assim, são estes perceptos que atuarão na formação do nexos causal. Em segundo lugar, considerar que as propriedades disposicionais dos objetos (ou pessoas) auxiliam na minimização destas distorções. Nas palavras de Heider, "propriedades disposicionais, são as invariabilidades que permitem um mundo mais ou menos estável, predizível e controlável" (1970, p.97). Desta forma, certas estruturas de construção de perceptos tornam-se intimamente ligadas às propriedades disposicionais dos objetos percebidos, ou seja se de forma mais ou menos permanente "o" produz um efeito "x", percebo "o" como capaz de produzir "x" e, afora

as excessões, meu percepto de "o" conterà "x" como parte integrante de si, o que influirá meu nexo causal e direção de ação na relação com "o".

Um último e no entanto mais importante conceito de Heider deve ser compreendido para que possamos reuní-los no seu entendimento do sentimento de "ser capaz": trata-se do conceito de "forças efetivas". Heider denomina de forças efetivas o conjunto de forças que emanam de uma fonte, pessoal ou ambiental, e que irão definir o resultado de uma ação. Este talvez seja o conceito que mais dará o sentido de proporcionalidade ao "ser capaz" de Heider, uma vez que a dificuldade da tarefa, aqui chamada de força efetiva ambiental, será considerada no resultado final da ação. Vejamos, em primeiro lugar, a chamada força efetiva pessoal, ou seja a totalidade de forças que o sujeito emite na concretização de uma ação.

Uma vez que não haja qualquer impedimento de ordem ambiental, o que a princípio definirá o resultado de uma ação é o esforço e a capacidade do indivíduo. A capacidade, neste caso, está diretamente relacionada ao "know how" do sujeito para a ação pretendida, ou seja trata-se muito mais de uma especificação cognitiva (um apredizado) do que propriamente de uma limitação pessoal. Podemos citar como exemplo o ato de nadar. Saber nadar requer um apredizado que, uma vez efetuado, torna-se para este fim uma capacidade. O esforço refere-se à intensidade com a qual o sujeito tentará a ação. Evidentemente, para qua haja um esforço do indivíduo na direção de uma ação, é necessário que antes haja uma intenção, um fator motivacional forte e suficiente para lançar o indivíduo na tentativa de

um resultado. Sendo assim, podemos determinar que havendo uma intenção, tendo o indivíduo a "capacidade" de tentar a ação e exercendo o máximo de seu esforço para este fim, teremos o conjunto de forças pessoais efetivas reunidas para o resultado da ação. Todavia, nem sempre as forças efetivas pessoais são suficientes para determinar se uma tarefa será bem sucedida. Heider leva em conta também a dificuldade da tarefa, ou seja as forças efetivas ambientais. Estas forças, referem-se a tudo aquilo que, em não dependendo do sujeito, está fora do controle do conjunto de fatores da força efetiva pessoal. Suponhamos um piloto que não decola com seu jato por causa de um nevoeiro, ou um defeito técnico no avião, ou ainda uma ordem da torre de comando no sentido de que ele permaneça em terra. Em qualquer um dos exemplos, podemos afirmar que a tarefa não foi concluída em função de forças efetivas ambientais, o que significa que a intenção, a "capacidade" e o esforço do piloto (suas forças efetivas pessoais) não foram superiores aos fatores externos. Por outro lado, existem situações nas quais as forças efetivas ambientais são favoráveis ao resultado de uma ação. Neste caso, também não consideramos que as forças pessoais foram responsáveis pelo resultado final. Dificilmente consideraríamos algo inevitável como resultado de um esforço pessoal, por exemplo a criança desce no escorrega por fatores físicos, não por seu "talento" para isto. Em outras situações ainda, considera-se a força efetiva ambiental como zero, ou seja não irá determinar a realização ou não de uma ação. Heider (1970, p.101) ressalta que muitos dos fatores ambientais são erroneamente considerados no resultados final de uma ação por mero antropomorfismo do sujeito observa

dor. Cita como exemplo, o vento que comumente é interpretado como tendo "auxiliado" ou "dificultado" uma ação, quando evidentemente o vento não tem "intenção" de "auxiliar" ou "prejudicar" nada.

Quando as forças efetivas ambientais são zero, o resultado da ação ficará em função das forças efetivas pessoais e, neste caso, pode-se considerar, se na relação com o ambiente, o sujeito desenvolverá o sentimento de "ser capaz". Assim, as forças efetivas (ff) pessoais e ambientais devem ser dispostas de forma a equacionar que, caso as ambientais (ffa) inexistam ou sejam mais frágeis que as pessoais (ffp), haverá o sentimento de "ser capaz" ($ffa < ffp$); caso contrário ($ffa > ffp$) haverá o sentimento correspondente oposto.

Uma vez de posse destes conceitos básicos de Heider, vamos reagrupá-los de forma a que o conceito disposicional de ser capaz torne-se mais nítido enquanto construto.

Como vimos inicialmente, um conceito disposicional refere-se a uma relação estável (na medida do possível) entre o indivíduo e o ambiente. Desta forma, o resultado de uma ação está sempre relacionado ao contexto na qual esta se processou e, conseqüentemente, este mesmo resultado estará sujeito às alterações decorrentes dos fatores temporários (força efetiva ambiental) que o influenciaram. O conceito de ser capaz de Heider também corresponde a esta relação temporária ou talvez, melhor dizendo, situacional entre o sujeito e o ambiente. Nesta relação proporcional entre as forças pessoais e ambientais, são consideradas as dificuldades relativas às tarefas, para

que possamos determinar se alguém é capaz ou não de executá-las. Por exemplo, se uma tarefa é fácil (ou pelo menos considerada assim), supõe-se que qualquer pessoa mesmo com pequena capacidade pode executá-la; se, no entanto, considerarmos uma tarefa como difícil, sabemos que para alguém realizá-la necessita de ter uma maior capacidade que a média das pessoas. Veremos no capítulo relativo à psicoterapia como muitas pessoas internalizam sentimentos de incapacidade pelo fato de avaliarem erroneamente a dificuldade de uma certa tarefa. Considerando como fácil uma tarefa que na verdade não o é (pelo menos para aquele indivíduo, naquele momento) e não conseguindo realizá-la, o sujeito passa a pensar que qualquer um, menos evidentemente ele, seria capaz de executá-la. Portanto, o sentimento de incapacidade ou mesmo de inferioridade encontra solo fértil para instalar-se. Heider ressalta ainda que, frequentemente, utilizamos para avaliar a capacidade de alguém e mesmo a nossa própria o poder de provocar mudanças visíveis num dado ambiente, ou seja se alguém demonstra condições para transformar uma intenção de alterar uma situação em uma ação real de mudanças desta situação, prova-se capaz em relação àquela tarefa. No caso contrário, isto é não conseguindo provocar esta alteração no ambiente, apesar de ter demonstrado intenção de fazê-lo, consideramos que a ausência de mudança corresponde à ausência de capacidade para tal (excetuando-se nas condições de impedimento ambiental). Evidentemente, a interpretação das pessoas do resultado de uma certa ação (Atribuição) é fundamentalmente importante na instalação do sentimento de ser capaz. Se pensarmos na expressão "sorte de principiante", veremos que, ao resultado positivo de uma tarefa,

somou-se o fator "sorte", o que por si só retira do indivíduo que praticou a ação o poder que poderia lhe ser atribuído. Isto corresponde a dizer que "se tentasse de novo, não o conseguiria"; em outras palavras, "ele, apesar de tê-lo feito, não é capaz de repetir". Outro fator interpretativo, refere-se ao já mencionado nexó causal ou seja: o que provocou tal resultado? Se uma palestra, por exemplo, é mal recebida por sua platéia, podemos interpretar que o agente causal foi o palestrante, se considerarmos que seu discurso foi monótono ou cansativo, ou mesmo mal redigido. Neste caso, consideramos que o palestrante não foi capaz de motivar seu público. No entanto, se considerarmos que a fonte causal do fracasso foram as condições ambientais, como por exemplo, fazia muito calor, ou as cadeiras eram desconfortáveis, dificilmente o fracasso será entendido como incapacidade do palestrante.

Em determinadas situações, esta interpretação pessoal torna-se secundária em função de uma análise comparativa com a atuação de outros sujeitos em iguais condições. Se o palestrante do exemplo acima fracassa após muitos outros palestrantes terem fracassado também, consideramos a fonte causal do fracasso qualquer fonte externa, ambiental, e não a pessoa do palestrante. Se, no entanto, muitos outros palestrantes foram ali bem sucedidos, a fonte causal passa a ser atribuída ao sujeito e não mais ao ambiente. Dentro ainda destas interpretações pessoais, incluem-se os perceptos que as pessoas constroem a respeito do sujeito que tenta a ação ou os relativos ao ambiente, no caso a dificuldade da tarefa a ser executada. Se considero "fulano" um palestrante fraco e tedioso e sei que sua palestra obteve êxito, tenho a tendência a considerar que

ou o público era ignorante no assunto (a tarefa era fácil) ou ele teve muita "sorte" na escolha do seu discurso (fatores ambientais favoráveis). Portanto, concluo que qualquer pessoa, na aquelas condições, seria igualmente bem sucedida, o que não torna "fulano" capaz como palestrante. Na medida em que "fulano" começa a obter seguidos êxitos em diferentes condições ambientais, inclusive onde outros palestrantes fracassaram, ou mesmo se comparativamente a mim ele tem conseguido maiores sucessos (desde que eu me considero um bom palestrante), o que provavelmente ocorrerá é uma mudança do meu percepto em relação a "fulano", passando a vê-lo como um palestrante capaz. Uma vez alterado este percepto, passo a julgar que se "fulano" não foi bem, a fonte causal foi ambiental. Note-se como se estabelece nitidamente um vetor relacional entre meu percepto (ser ou não capaz) e minha previsão a respeito do sucesso da ação. Este vetor que nada mais é senão as chamadas propriedades disposicionais citadas acima, é que me possibilitarão estabelecer uma relação estável e previsível dos resultados de uma ação. As propriedades disposicionais das pessoas ou dos ambientais, formadas como vimos através de nossos perceptos, estarão frequentemente associados ao "ser capaz", uma vez que "capacidade" pode, por muitas vezes, vir a tornar-se uma propriedade disposicional, isto é, uma característica de alguém. Esta "capacidade", normalmente julgada pelo que Heider denomina de "difusão", envolve uma assimilação de um percepto relativo a uma tarefa, como extensivo às demais atividades do sujeito. Em outras palavras, alguém considerado capaz numa determinada área pode ser, por causa disto, considerado capaz de modo geral. Assim, exemplifi

cando alguém reconhecidamente capaz em matemática é procurado pelos amigos para que explique o funcionamento de um micro-computador doméstico. Esta pessoa, vista pelos amigos como "inteligente", passa a ser considerada capaz em qualquer contexto: desta forma, se ela não obtiver êxito em algo, a fonte causal será tida como ambiental. Pelo mesmo processo inverso, alguém que, por exemplo, não utilize as conjugações verbais corretamente, pode ser considerado incapaz de qualquer outra tarefa que exija uma capacidade específica. Não apenas o conhecimento, como também traços de personalidade e mesmo atitudes, ajudam a construir perceptos e consequentemente a noção de "capacidade". Sabendo disso, deduzimos facilmente um ponto de fundamental importância no sentido de ser capaz. Não se trata apenas de uma questão de habilidades físicas ou mesmo capacidades mentais e intelectuais mas sim posturas ou atitudes de autoconfiança. Isto porque atitudes assim induzem a um percepto de poder, que vai por intermédio do fenômeno da difusão criar um sentimento de capacidade bastante amplo. Se sou capaz profissionalmente, por exemplo, sinto-me confiante em uma reunião social. Situações assim, que racionalmente não apresentam nenhuma relação, acabam por interligar-se em um percepto de "confiança". Heider chega a afirmar que o indivíduo... "torna-se a pessoa que julga ser" (1970,p.113).

Apesar de Heider não apresentar uma comprovação científica para a afirmativa acima, sabemos que numerosas pesquisas têm demonstrado a influência do sentimento de autoconfiança no resultado final de uma tarefa, ou mesmo nas previsões de resultado. Aroldo Rodrigues (1979, p. 143) apresenta em seus

estudos sobre atribuição de causalidade muitos destes experimentos e qualquer psicólogo clínico pode relatar dezenas de casos, nos quais uma capacidade pessoal é bloqueada por sentimentos de incapacidade ou inferioridade dos sujeitos.

Alguns fatores pessoais variáveis, como cansaço podem influenciar na percepção da capacidade mas, de modo geral, uma vez que o percepto de "capaz" esteja instalado, o sentimento de capacidade permanecerá inalterado, sendo o fracasso atribuído àquela variável. Se, como diz Heider, nossa capacidade é influenciada pelo que pensamos ser capazes de fazer e se o que pensamos a este respeito é, por sua vez, determinado em muito pelo processo de difusão, somos levados a concluir que, em muitos casos, são os outros quem na verdade, através de sugestões ou estereótipos, irão influenciar em nossa auto-confiança e consequentemente naquilo que nos julgamos capazes. Vejamos como, por exemplo, um determinado estereótipo social pode influir nesta situação. Parte-se de uma premissa socialmente aceita como "mulheres de mais de 30 anos já devem ser mães". Por detrás desta premissa está o conceito de que mulheres em geral são capazes de ser mães e devem fazê-lo antes dos 30 anos. Logo, se sou mulher, devo ser capaz de ser mãe antes dos trinta. A minha motivação para tal, assim como meu livre arbítrio, fica sob a força de um determinismo social que me impele à realização do ato de procriar; caso contrário, meu sentimento de ser "capaz" para isto não se configura ou (e isto ocorre em alguns casos) minha própria condição de "mulher" entra em questão. As expectativas em relação a isto e as consequências que podem trazer à organização da personalidade serão discutidas poste-

riormente; por ora, entendamos apenas como opiniões ou conceitos alheios podem influenciar em nossos sentimentos de capacidade.

No exemplo acima, tratamos de um estereótipo social. Entretanto, outras formas de sugestões estão inseridas no mesmo procedimento. É comum duvidarmos de nossa capacidade para uma tarefa que sabemos foi tentada por muitas outras pessoas sem resultados positivos. Heider cita como exemplo (1970, p.116) uma criança que pode decidir que aritmética é difícil e portanto considerar-se incapaz de ser boa aluna nesta matéria, não o sendo efetivamente apenas por ouvir esta reputação da aritmética de muitas pessoas e com muita frequência. A expectativa dos outros, positiva ou negativa, exerce igualmente influência em nossa capacidade. Qualquer admirador de esportes sabe a importância de uma torcida na "performance" de um jogador. Basta imaginarmos um jogador de futebol, prestes a bater um pênalti em uma final de campeonato, recebendo no primeiro caso vaias de um estádio lotado, que lhe transmite nitidamente que "você vai errar", "você não é capaz" e num segundo caso a mesma situação com uma torcida favorável transmitindo-lhe que "você é o maior", "você vai fazer o gol", "você é capaz". A popularmente chamada "pressão psicológica" é reconhecida por qualquer leigo como um fator de influência no resultado final da ação.

Heider ressalta ainda aquela que talvez seja a melhor base para uma determinação proporcional de ser capaz, a distinção que deve ser feita entre o ser capaz dentro de uma possibilidade ambiental e o não ser capaz em função de uma impossibilidade ambiental. Em inglês, esta distinção fica mais nítida

se pensarmos nas expressões "can" e "may", onde "can" implica em força efetiva pessoal e "may" em força efetiva ambiental. "I can't help you" demonstra que eu não sou capaz de ajudá-lo em função de ausência de capacidade para tal ou mesmo uma falta de motivação suficiente para tal; já, "I may not help you" demonstra que, apesar de uma suposta motivação e capacidade para tal, eu não "devo" ajudá-lo, ou seja não tenho permissão para tal. Esta distinção entre "querer" e "poder" fica claro quando nossas capacidades esbarram em forças efetivas ambientais mais poderosas, como por exemplo posição física e poder aquisitivo. A frase, "um operário não é capaz de morar num bairro nobre" fica portanto relativa ao status relativo de um operário, uma vez que morar em um bairro nobre está fora (por razões óbvias) do seu universo de conquista e como tal não influi em seu sentimento de ser capaz (ou pelo menos, não deveria influenciar). Um indivíduo que more no interior, não pode ir à praia por razões de posição física em relação ao litoral, não por ser incapaz de fazê-lo por "incapacidade" pessoal. Estas disposições ambientais não devem ser confundidas com o conceito de dificuldade da tarefa e conseqüentemente não são propriedades disposicionais, pois podem ser alteradas por fatores diversos, ou seja, quando o rapaz do interior for ao litoral ele verá aí então, se é capaz ou não de ir à praia. Só podemos considerar tais disposições como propriedades variáveis ou transitórias; caso contrário, incorremos no erro de uma avaliação de capacidade equivocada ou comparativa entre desiguais. No exemplo de Heider, (1970, p. 116) uma coisa é estar sentado perto do palco, outra coisa é ser considerado um "sentador das proximida-

des do palco", uma vez que a partir de uma condição transitória determina-se uma condição pessoal. Infelizmente, por mais absurdo que pareça, muitas vezes agimos assim em relação a nós mesmos e aos outros, o que evidentemente provoca sérios conflitos a níveis de capacidade. Ser carioca, por exemplo, deveria apenas me induzir a uma propriedade disposicional de nascimento. No entanto, culturalmente embute uma série de estereótipos e difusões de capacidade que podem não coadunar com a minha personalidade, como por exemplo gostar de ir à praia. Neste caso, passarei a me sentir "menos capaz" apenas em função de uma condição variável como morar no Rio de Janeiro.

A proporcionalidade do conceito de ser capaz de Heider é um "ovo de colombo" para muitas situações terapêuticas, como veremos no capítulo seguinte e sem dúvida uma contribuição à psicologia como um todo, que não teve até o momento seu justo valor reconhecido. Quantas pessoas que sofrem em suas vidas com sentimentos de inferioridade ou incapacidade para quase tudo, não o são assim simplesmente porque acreditaram nisso um dia e vêm seguindo uma coerência interna distorcida? Por que temos a tendência de acreditar que não somos capazes antes de tentarmos certas coisas? Algumas destas questões ficam claras apenas com a compreensão da teoria de Heider, outras são facilmente resolvidas através de uma adaptação desta teoria à uma clínica psicoterápica. No entanto, acreditamos que o mais importante é o conceito de ser capaz ser entendido como um conceito disposicional, não estanque, relativo, de forma a introjetar-mos que aquilo que não somos capazes hoje, podemos vir a ser amanhã, na medida em que se alterarem certas condições

pessoais e ambientais. Se pensarmos assim, estamos de certa forma assegurando um crescimento pessoal permanente e diminuindo consideravelmente, não apenas nossos fatores de ansiedade, como também nossos sentimentos desvalorizadores. Independe disto, nossa própria avaliação à nosso respeito ou de outro adquire uma precisão e mesmo uma direção, não só mais realista como mais justa também. Gostaríamos de encerrar este capítulo com um trecho destacado por Heider (1970, p. 117), quando perguntaram a Cocteau se acreditava em sorte. Sua resposta: "Certamente. De que outra forma seria possível explicar o êxito daqueles que de testamos?".

R E S U M O

Faremos a seguir um pequeno resumo dos conceitos envolvidos na formação do sentimento de capacidade, de modo a tentar demonstrar a organização teórica de Heider.

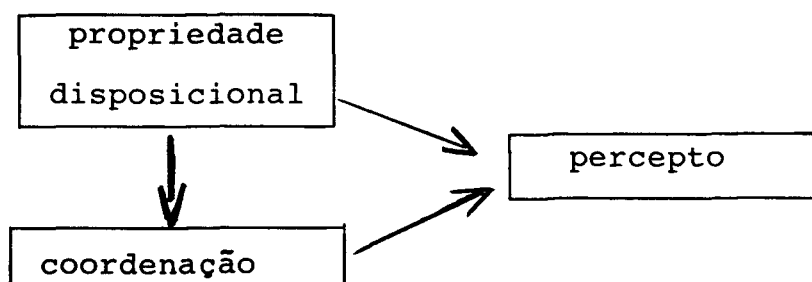
Inicialmente, existem dois constructos que fazem parte da própria organização psíquica dos indivíduos, a "coordenação" e as "propriedades disposicionais". A "coordenação" refere-se ao processo psicológico que mantém uma constância cognitiva em nossa percepção do mundo. Uma vez que um objeto seja identificado, ele mantém-se estável em forma e conteúdo emocional, de modo a podermos emitir respostas aprendidas mais ou menos padronizadas quando na relação com estímulos provenientes deste objeto. As "propriedades disposicionais" são as condições de invariabilidade dos objetos que permitirão o estabelecimento

destas "coordenações". Assim, por exemplo, uma característica de personalidade de alguém torna-se uma propriedade disposicional do indivíduo através da qual, se julgada por nós como estável, permitirá uma coordenação, ou seja uma estabilidade na forma de conduta que estabeleceremos com aquele indivíduo.

A partir da "coordenação" e das "propriedades disposicionais", construímos nossos "perceptos". Poderíamos entender os "perceptos" como uma interpretação do real, a partir daqueles constructos anterior. Em um paralelo à teoria Kantiana, podemos equiparar o "percepto" ao "Fenômeno", ou seja à contaminação do "noumeno" (objeto em si), pela limitação perceptiva do observador. Nos "perceptos" porém, não apenas nossa limitação perceptiva, como outros fatores de ordem social e relacional, portanto culturalmente aprendidos, influem em sua construção. Exemplificando, as informações que temos a respeito de um dado grupo étnico, independe de sua veracidade, pode influir no percepto que faremos de um indivíduo pertencente a este grupo.

Temos até então as características estáveis dos objetos (propriedades disposicionais) que possibilitarão uma organização interna (coordenação), da qual extrairemos nossa compreensão das coisas ou pessoas (perceptos).

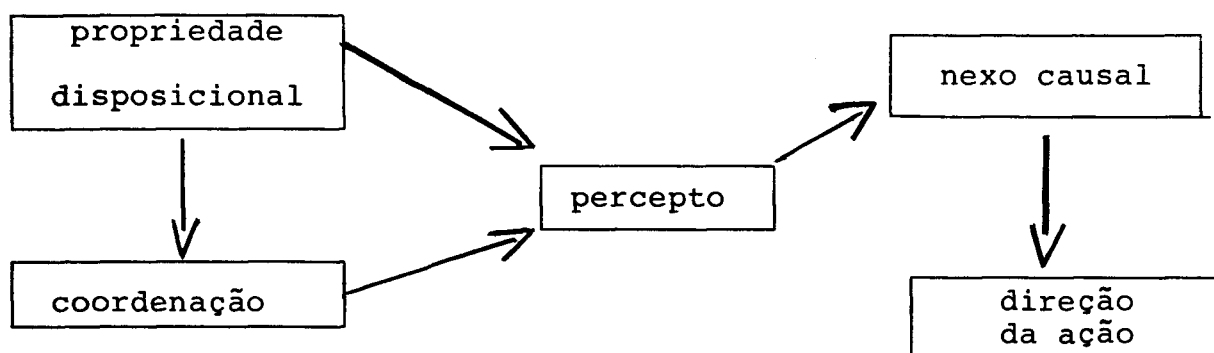
Na construção de um fluxograma temos até agora:



Os dois próximos constructos estão intimamente relacionados entre si, são o conceito de "nexo causal" e "direção da ação". O "nexo causal" dispõe sobre o sentido que estabelecemos em uma ação e a "direção da ação" é este sentido disposicionado em uma correlação de causa e efeito. O modo pelo qual o indivíduo percebe um objeto (descrição fenomenal) e porque o percebe assim (descrição causal) darão a justificativa, o sentido da ação do sujeito na relação com o objeto (nexo causal) e determinarão a direção pela qual a ação ocorrerá (direção da ação).

O "nexo causal" é determinado a partir do "percepto" do indivíduo a respeito do objeto da relação, uma vez que este sentido necessita evidentemente de parâmetros conceituais básicos, em outras palavras, se não disponho de um conhecimento prévio de um dado objeto ou pessoa, não tenho também como determinar um sentido operacional para minha relação com este objeto.

Na continuidade do fluxograma vemos então que, a partir do "percepto", tem-se a possibilidade da construção de "nexos" que determinarão a "direção da ação".



A "direção da ação" como vimos acima, é uma relação de causa e efeito na qual determinamos vetores direcionais en-

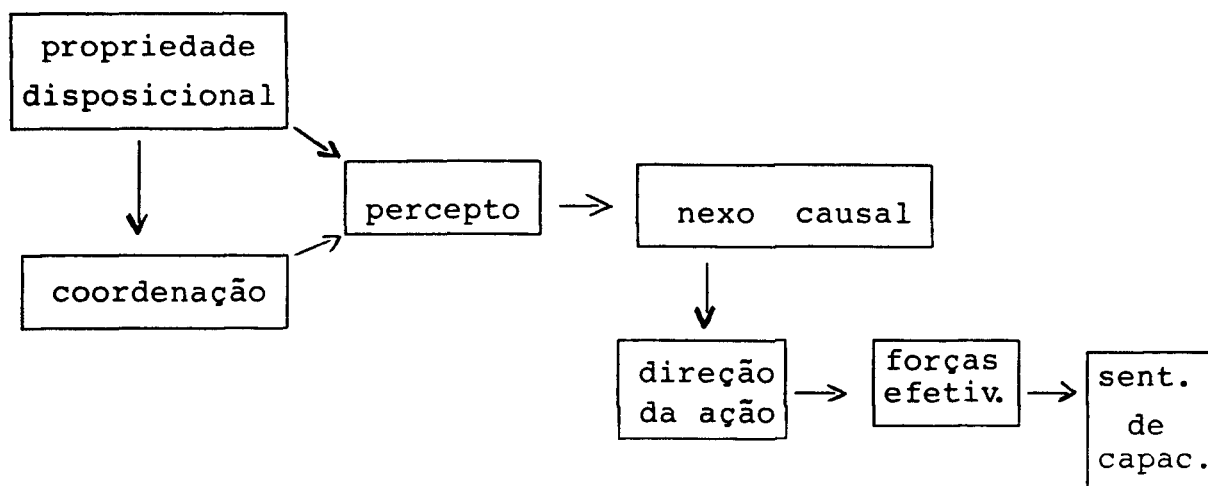
tre o sujeito e o objeto da ação. Desta forma, dependendo do "nexo causal", a fonte causal da ação pode ser tanto o sujeito quanto o objeto. A partir deste princípio, Heider formula o conceito de "forças efetivas". "Forças efetivas" são as condições pessoais (força efetiva pessoal ou ffp) e ambientais (força efetiva ambiental ou ffa) que influirão e muito frequentemente determinarão o resultado final da ação. Quando as forças efetivas pessoais forem mais poderosas ou simplesmente mais beneficiadas em um determinado momento do que as forças efetivas ambientais, a ação realizar-se-á; se o oposto ocorrer, ou seja houver impedimentos externos intransponíveis seja por dificuldade da tarefa pretendida ou mesmo por insuficiência pessoal na obtenção do proposto, a ação frustrar-se-á.

Se considerarmos, como Heider, que o sentimento de capacidade dar-se-á a partir da constatação pessoal de condição de realização, veremos que quando $ffp > ffa \implies \text{Realização}$
 ção = Capacidade; quando entretanto $ffp < ffa \implies \text{Frustração}$
 ção = Não capacidade.

Reagrupando-se os conceitos, estabelecemos uma cadeia na qual temos todo o sentido conceitual do sentimento de capacidade. A partir de características estáveis de um objeto ou pessoa (propriedade disposicional), estabelecemos uma constância perceptiva (coordenação) que formará nossa imagem deste objeto ou pessoa (percepto). Em função desta imagem (percepto), determinamos a forma da relação que pretendemos com este objeto ou pessoa (nexo causal) e conseqüentemente, o tipo de ação relacional que executaremos (direção da ação). Se o confronto das forças de ação e reação provenientes de nossas atitudes e

das características do objeto da ação (forças efetivas) for favorável a nosso intuito, a ação realizar-se-á (sentimento de capacidade).

Temos desta forma, o fluxograma completo correspondente:



CAPÍTULO III

CAPACIDADE CIVIL

Como vimos anteriormente, Heider considera que uma avaliação de capacidade resulta do poder efetivo dos indivíduos para realizar mudanças em uma certa situação. Caso o sujeito não consiga provocar tais mudanças, este resultado é equiparado à incapacidade pela maioria dos observadores. Mesmo quando consideramos a atuação de forças efetivas ambientais, o que constatamos é que a capacidade, ou pelo menos o sentimento de capacidade, fica diretamente relacionado ao que somos capazes de demonstrar, apesar das dificuldades externas, se for o caso. Em vista disto, achamos por bem incluir neste trabalho um sucinto capítulo a respeito de capacidade civil ou

legal, na medida em que, por vivermos em sociedade, somos regidos por leis comuns aos membros de nossa cultura, o que indiscutivelmente acaba por incorporar-se ao nosso conceito de pessoa em seu sentido social e, por conseguinte, relacional.

Juridicamente, "pessoa é o ente físico ou moral, suscetível de direitos e obrigações" (B. Monteiro, 1970, p. 59) e segundo nosso código civil (art. 2º) "todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil". Entretanto, B. Monteiro (p. 61) afirma que "capacidade é a aptidão para adquirir direitos...". Agora vejamos, se capacidade é, juridicamente, aptidão para adquirir direitos, isto implica que estes direitos precisam ser ganhos, adquiridos ou recebidos pelo indivíduo através da sociedade. Neste caso, nem todo homem é capaz de direitos como diz o código. Apenas aquela parcela que adquire estes direitos; e ainda mais, nem todo homem é pessoa, uma vez que como vimos acima, pessoa é o ente suscetível de direitos. Evidentemente, os legisladores não permitiriam que um lapso tão primário ocorresse. Por isto, ressalta-se juridicamente a distinção entre a capacidade de direito e a capacidade de fato. A capacidade de direito deve ser compreendida como o potencial de todo o homem de possuir direitos, ou ainda os direitos que todo homem possui apenas por ser homem, por pertencer à espécie humana. Quando falamos em direitos humanos, é a capacidade de direito que registra e legitima a expressão. Já a capacidade de fato é a aptidão para exercer direitos, ou seja é o direito que o indivíduo adquire, por intermédio da sociedade, de fazer valer sua intenção. Este direito de fato é que necessita ser adquirido e obviamente é o que "de fato", como diz o nome,

será o propulsor da transformação de uma intenção em uma ação o conseqüentemente o mensurador das capacidades Cíveis de alguém.

Diz uma velha piada que apesar de todos serem iguais perante a lei, alguns são mais iguais que outros. Vejamos então os que não são tão iguais assim perante a lei. O artigo 5º do código Civil determina como pessoas absolutamente incapazes:

- I . Os menores de 16 anos
- II . Os loucos de todo o gênero
- III . Os surdo-mudos que não puderem exprimir a sua vontade
- IV . Os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

O artigo 6º determina ainda como pessoas relativamente incapazes:

- I . Os maiores de 16 anos e menores de 21 anos
- II . Os pródigos (pessoas que desordenadamente promovam a dissipação de seus bens)
- III . Os silvícolas

Apenas como curiosidade, até a Convenção Inter-americana de Bogotá em 1948, as mulheres casadas também estavam incluídas no artigo 6º do Código Civil Brasileiro. Também em relação aos menores de 16 anos, foram feitas modificações com a promulgação da Constituição de 1988 como por exemplo, o direito de voto, possibilidades de dirigir automóveis, aviões e barcos.

Estes artigos têm evidentemente uma intenção protecionista em relação às pessoas neles inclusas. O que nós questionamos é se não haveriam certos "efeitos colaterais" provocados pela conceituação não jurídica, mas prática, de "não pessoas". Em outras palavras, até que ponto o incapaz, legalmente falando, introjeta estes sentimentos? J. Sawrey (1974, p. 44), em Psicologia do Ajustamento, ressalta que: "As implicações de inferioridade pessoal podem ser atenuadas se uma pessoa torna-se parte de uma organização ou se liga a um outro grupo de status superior".

Ou seja, o que Sawrey afirma é que a identificação com um grupo de status superior pode amenizar os sentimentos de inferioridade. Então por que não o oposto? A identificação com um grupo de status social inferior, como os incapazes legais, poderia não acentuar estes sentimentos? Parece-nos evidente que sim. O aprofundamento neste tema mereceria um trabalho de pesquisa exclusiva para afirmativas mais precisas e não é esta nossa intenção atual. Entretanto, acreditamos que uma pequena noção a respeito será bastante útil em nosso estudo.

Vejamos, por exemplo, um rapaz de 14 anos, legalmente absolutamente incapaz de exercer seus direitos cívís. Nada do que ele fizer terá validade civil e ele sabe disso. Sabe que para a sociedade ele é uma criança e que seus direitos equiparam-se aos de um alucinado (mesmo porque é quase a visão do adolescente pela sociedade). A justificativa jurídica é calçada em uma suposta inocência e consequente in~~ex~~periência necessária para que o jovem assuma responsabilidades civis. Consideremos como válido o argumento jurídico. Como se pode espe-

rar que uma pessoa (de direito, não de fato) assim, apresente um nível de maturação a ele exigido? O adolescente em questão é incapaz de ser adulto, portanto não deveria se portar como adulto, ou pelo menos não precisaria se portar assim; mas em casa, ou na escola, isto lhe é cobrado. Espera-se uma disciplina e um amadurecimento que são incompatíveis às responsabilidades que lhe são outorgadas. Não é mais a sociedade, mas sim o próprio indivíduo que se diz: "sou incapaz de ser um adulto".

Não é preciso recorrer a outras culturas para obtermos exemplos comparativos, basta que constatemos como as diferenças sociais alteram a maturação do adolescente. Um jovem de classe baixa, precisa trabalhar cedo e isto lhe confere níveis de responsabilidade que irão atuar em sua maturidade, enquanto que jovens de classe alta chegam às vezes a extrapolar os 21 anos de "direito à irresponsabilidade" e permanecem imaturos até que se sintam capazes de ser adultos, ou seja, até que percam o "pátrio poder" protetor que os sustentam econômica e socialmente. Estes jovens introjetam uma incapacidade que na verdade não possuem, apenas como não podem, por razões legais no caso dos menores ou por razões de formação no caso dos abastados, exercer suas capacidades de fato, passam também a se sentirem incapazes por si próprios. Evidentemente não é nossa intenção aqui generalizar esta conceituação à totalidade dos adolescentes, mas no entanto, qualquer psicólogo clínico que já tenha feito atendimento a adolescentes sabe da quantidade de casos assim. O mesmo processo dá-se nos casos de pessoas interditas legalmente, seja por doença mental, viciados ou nos ca

sos dos chamados pródigos. Para estes, a incapacidade legal torna-se ainda mais ameaçadora ao seu próprio potencial pois, em primeiro lugar, não se trata de uma incapacidade como a do menor, onde está implícito um processo natural de maturação, e sim uma interdição por, digamos assim, uma "incapacidade comprovada". Ou seja, o adolescente ainda não conquistou a capacidade civil mas todos esperam que o faça no devido momento, enquanto que os indivíduos interditados (pródigos) já a conquistaram e, por incapacidade de mantê-la, perderam-na. Em segundo lugar porque, afóra as excessões, esta incapacidade torna-se ao contrário da do adolescente, uma propriedade disposicional destes sujeitos, ou seja passa a fazer parte integrante de sua personalidade social.

Um cliente de 32 anos apresentou aos 19 anos um quadro diagnosticado na época como esquizofrenia hebefrênica, segundo seu relato. Passando o surto que motivou uma internação de duas semanas numa clínica psiquiátrica, nunca mais apresentou algum sintoma de desequilíbrio mental grave. No entanto, este cliente vem nos últimos 13 anos submetendo-se a diversas terapias, muito devido à imposição dos pais e mora ainda na casa de sua família, por considerar-se, e obviamente ser considerado, incapaz de viver só. Este rapaz não tem a menor confiança em sua capacidade de se auto-gerir, não trabalha, abandonou a faculdade na época do surto e é tratado em casa como débil mental. Note-se que este indivíduo não é legalmente interdito. No entanto, a simples identificação com um grupo (loucos de todo gênero) considerado incapaz juridicamente e, portanto socialmente, foi o suficiente para que se instalasse um sentimento de incapacidade pessoal permanente.

É importante frizarmos neste ponto que a mencionada introjeção de sentimentos oriundos de prescrições legais devem permanecer condicionadas ao já mencionado anteriormente status relativo do grupo. Isto é, para que o indivíduo venha a se considerar incapaz, em função de estar incluso em uma incapacidade civil, é necessário que, antes disso, este mesmo indivíduo já tenha introjetado os conceitos sociais pertinentes à cultura que o incapacita. Assim, dificilmente um índio, principalmente se não aculturado, introjetará sentimentos de incapacidade em sua vida e valores tribais pelo fato de ser considerado incapaz legalmente pelo nosso código civil. Pois, evidentemente, não haverá dentro dele nenhum conceito de legitimidade em relação a estas Leis. Assim, como também, dificilmente algum de nós desenvolverá sentimentos de incapacidade por assim sermos considerados por qualquer ética normativa de outro grupo social que não o nosso. Em um sentido mais estrito, mesmo dentro da mesma cultura, diferentes grupos sociais ou ideológicos apresentam "códigos de conduta" específicos, capazes de produzir sentimentos de incapacidade apenas em seus próprios membros. A importância da legislação sobre a capacidade civil reside justamente na sua abrangência, enquanto que Legislação Federal de atuar sobre os diversos subgrupos de uma sociedade ou cultura.

Dificilmente encontramos enfoques psicoterápicos que considerem estas influências da legislação sobre condutas individuais, mesmo porque dificilmente encontramos também enfoques que, na prática de consultório, considerem qualquer interven-
ção cultural, apesar de muitas teorias reconhecerem as influên

cias ambientais. O motivo principal talvez seja a característica dominante das principais correntes psicológicas em procurarem nos indivíduos a causa de seus desajustes, enquanto que, em geral, esquecem que muitas vezes os indivíduos apenas refletem as incoerências ou inaptações de sua própria cultura. Nestes casos, não são propriamente os indivíduos que precisam se tratar mas sim as regras pelas quais funciona sua sociedade e isso não sendo possível, que pelo menos estes indivíduos consigam distinguir entre seus potenciais e as restrições ambientais às quais são submetidos. No que concerne as capacidades civís, estas são muitas vezes direta ou indiretamente responsáveis por sentimentos de incapacidade pessoais mesmo porque podem não conhecer a legislação sobre capacidade, ou sequer saber que existe uma legislação a respeito, mas indiscutivelmente vivem em uma sociedade regida por estes artigos que entre outros, igualmente atuam em suas vidas, ainda que incógnitos.

Quanto aos psicoterapeutas, também obviamente não precisam conhecer nenhum tipo de Legislação. No entanto, parece-nos imprescindível que o analista considere não só as regras específicas da "micro-sociedade" do analisando, como as regras gerais da cultura deste indivíduo, mesmo porque, salvo raras excessões, serão as suas próprias regras. Ao menos consciente a respeito da influência destas regras, o terapeuta municia-se de novas abordagens que se podem mostrar surpreendentemente úteis na solução de sentimentos de inferioridade, incapacidade ou inaptação.

CAPÍTULO IV

P S I C O T E R A P I A

Em "O Caráter Neurótico", Adler ainda julgava que os sentimentos de inferioridade, que motivariam as pessoas à busca do poder, provinham de inferioridades orgânicas (reais ou imaginárias) na infância, que viriam assumir na vida adulta características neuróticas de compensação. Mais tarde, Adler generaliza estes sentimentos a quaisquer formas de limitações físicas ou psicológicas. Este mecanismo de compensação funcionaria de forma semelhante aos descritos por Freud onde, nas palavras de Adler, "o sentimento de inferioridade e inutilidade ... provocam um impulso interno que lança a criança a um objetivo final fictício" (p.83/84). Fictício porque provém de expectativas de um futuro no qual estes objetivos só existem subjetivamente, como construções éticas de justiça, hombridade e força. Adler emprega nesta conceituação a doutrina filosófica do positivismo idealista de Hans Vaihinger, à qual se apegou teoricamente após sua ruptura com a escola Freudiana. Vaihinger, em seu livro "The psychology of 'as if' " (1911) afirma que o homem vive com muitas idéias de pura ficção que não têm correspondência na realidade (apud, Hall and Lindzey, 1973, p. 140).

Destes sentimentos de inferioridade compensados, surgiria a "Luta pela superioridade", objetivo supremo dos homens para Adler, ou seja um esforço da personalidade em obter segurança.

É interessante notarmos como os conceitos de valor

são, não só para Adler mas para muitos outros teóricos da psicologia e da sociologia, conceitos relativos a uma interpretação do poder. Ou seja, o valor não existe no objeto ou na atitude em si, mas naquilo onde julgamos que o valor se localiza. Para G. Mead (1934): "A simbolização constitui objetos que não foram anteriormente construídos, objetos estes que não existiriam, exceto pelo contexto dos relacionamentos sociais onde esta simbolização ocorre" (Apud, Ashworth, 1979, p. 62).

Quando levantamos a questão da capacidade, vemos como tais conceituações aplicam-se dentro de diferentes grupos sociais, onde "capacidade" implica em variáveis relativas aos objetos de valor de cada grupo. Assim, ser capaz de adquirir um carro do ano pode ou não ser valorizado, dependendo do grupo no qual o indivíduo esteja inserido. De qualquer forma, mantém-se a regra pela qual a estima do grupo estará vinculada à capacidade de obtenção do status relativo ao grupo. Entre intelectuais é mais provável que um indivíduo seja admirado (considerado capaz) por suas publicações do que por seus dotes físicos, ou pela sua renda mensal; já entre jogadores de futebol, por exemplo, o mais provável é que esta relação inverta-se. Exatamente por esta variação de valores é que se torna praticamente impossível chegar-se a um consenso de valor isolado das comparações grupais. Vimos até agora dois aspectos utilizados na construção de uma escala de valor (capacidade), a delimitação do objeto de status (relativo à ideologia do grupo) e a comparação de realizações dos membros de um grupo (relativo à posição do sujeito neste grupo).

A reunião destes fatores formará uma equação cujo re

sultado final determinará o nível de capacidade do indivíduo e equanimemente, o nível de estima que terá por si mesmo e que conseguirá a partir dos valores do grupo. Esta equação poderia ser esquematizada mais ou menos como:

$$\text{Valor (estima)} = \frac{\text{Realização de uma tarefa (status relativo)}}{\text{Dificuldade da tarefa (nº de pessoas do grupo que executa a tarefa)}}$$

É exatamente esta relação entre capacidade e afetividade que pode significar, em muitos casos, a diferença entre o sucesso e o fracasso de uma intervenção clínica. Esta afirmativa, que pode parecer a princípio precipitada, vem da constatação de uma prática de consultório onde vemos, quase que estarecidos, a quantidade de pessoas que desenvolvem em suas vidas o que poderíamos chamar de "relações utilitárias". Estas relações, que pretendo explorar detalhadamente mais tarde, são na verdade a demonstração prática dos conceitos até aqui apresentados. São relações calcadas em bases que vinculam, numa linha direta, o afeto à capacidade da pessoa em satisfazer uma meta. O indivíduo passa a se perceber como um objeto, uma máquina, que foi construída para executar uma tarefa; caso falhe, ou deixe de executá-la, será simplesmente substituído por outro objeto ou máquina que funcione corretamente, como um relógio que perde sua finalidade quando para de marcar horas corretamente. Ou seja, a pessoa passa a acreditar não no afeto do outro a ela de forma desinteressada, mas sim na fantasia (pelo menos na maioria dos casos, é fantasia) de que o interesse do outro depende da manutenção de uma certa capacidade. É particularmente interessante notarmos que a maioria das pessoas não

acredita agir assim em relação aos outros. No entanto, crê vee mentemente na possibilidade dos outros agirem assim em relação a elas. Estas pessoas não podem evidentemente desenvolver uma segurança ou mesmo uma auto-estima satisfatórias pois, perce bendo-se como objetos descartáveis, acabam assumindo esta pos- tura nas relações e consigo mesmas. A título de ilustração, ve jamos o caso de uma cliente, 31 anos, casada, que queixou-se de precisar deixar a casa sempre limpa nos finais de semana porque isto agradava ao marido. Quando lhe perguntei o que aconteceria se em um final de semana a casa não permanecesse arrumada, ela me respondeu:

- Apenas em um final de semana?
- Sim.
- Não sei. Acredito que nada de grave; ele talvez apenas comentasse, por não estar acostumado.
- E se isto acontecesse por vários fins de semana?
- Neste caso é diferente; aí ele acharia que não es- tou sendo capaz de cumprir com a minha parte.
- Você concorda com isto?
- Concordo.
- Ele deixaria você pelo fato de não estar arrumando a casa nos finais de semana?
- Acho que sim (entre risonha e sem graça).
- Ele teria razão se fizesse isto?
- Em parte sim.

A cliente segue numa infundável descrição da impor tância dos papéis na relação e como ela também se sentiria incapaz de manter uma relação matrimonial fora destes padrões.

Independente dos padrões que esta relação contenha, o que fica nítido é como o interesse e o afeto do marido estão relacionados, no entender da cliente, a sua própria capacidade de sustentar um padrão (seja ele qual for). Em outras palavras, o sentimento desta mulher poderia ser resumido assim: ele não gosta de mim (pessoa) e sim daquilo que sou capaz de fazer, que ele admira (status relativo). No decorrer da entrevista, a mesma cliente relata que seu marido sempre a leva para jantar fora aos sábados. Perguntei-lhe o que aconteceria se ele não a levasse mais?

- Você diz se ele abandonasse este hábito?
- Sim.
- Ficaria triste, porque eu gosto desses jantares aos sábados.
- Deixaria seu marido?
- Quer saber se eu acabaria o casamento?
- Sim.
- Só por isso?
- É.
- Claro que não (rindo).

Neste caso, com as posições invertidas, o sentimento inverte. Gosto dele (pessoa) independente daquilo que me proporciona de bom (status relativo). O que, apesar de aparentemente mais nobre, também é uma fantasia pois contém em seu bojo o mesmo processo utilitário: "sou capaz de não agir desta forma e está aí o meu valor". De uma forma ou de outra, vemos a constância com a qual o sentimento de ser capaz está mesclado às relações de afetividade e auto-estima nas pessoas.

Quando um indivíduo procura uma psicoterapia, invariavelmente está se sentindo incapaz, no seu nível, de solucionar aquilo que o está incomodando, seja sua dificuldade em relacionamentos pessoais, seja sua própria organização interna. De qualquer forma, existe dentro deste indivíduo uma premissa pela qual tal objetivo precisa ser atingido e ele não está sendo capaz de conseguir. Temos, a princípio, duas partes desta premissa que poderiam ser separadas em "axiomas" distintos. Uma, de que "tal objetivo precisa ser atingido" e outra, de que "não estou sendo capaz de conseguir". Se levarmos em consideração as colocações de Heider em nosso trabalho clínico, podemos optar inicialmente por duas diferentes linhas de atuação, isto é, trabalhando a primeira ou a segunda premissa e, mesmo que optarmos ainda por atuarmos em ambas, isto surtirá um melhor resultado se o fizermos isoladamente.

Vejamos inicialmente como podemos utilizar Heider em um trabalho clínico baseado na segunda premissa (não estou sendo capaz), onde o psicoterapeuta opta por "desconsiderar" a primeira e concentra-se na capacidade do sujeito em "tornar-se capaz", de demonstrar explicitamente seu poder em influenciar ou alterar uma dada realidade. Optamos começar por esta, por acreditarmos ser a que mais frequentemente é utilizada nos consultórios de psicologia, pois a maioria dos psicólogos clínicos, em função de sua formação acadêmica fortemente influenciada por teorias personalistas, tende a considerar prioritário a capacidade do cliente em realizar seus objetivos, em detrimento da validação destes objetivos em relação às condições do indivíduo.

IV.1 A MÁGICA DO "TORNAR CAPAZ"

Em primeiro lugar, devemos considerar que, se um indivíduo deseja atingir um determinado objetivo, isto implica em que este objetivo já faça parte do status relativo ao grupo no qual esta pessoa insere-se. Ou seja, outras pessoas do grupo já obtiveram ou estão obtendo, neste objetivo, resultados positivos. Caso contrário, dificilmente isto incomodaria ao sujeito em questão. Partindo-se desta premissa, nada mais lógico do que identificar, a princípio, o "objetivo", aquilo que na verdade este indivíduo deseja obter, o que pode não ser tão simples como parece.

Na maioria das vezes, o próprio indivíduo não sabe precisar o que deseja de forma clara para ele mesmo, muito menos explicitar este desejo ao terapeuta. A posição do sujeito nesta condição seria equivalente a tentarmos chegar a um lugar, onde "todos já chegaram" e não conseguimos descobrir onde fica. Como em uma brincadeira infantil, ficamos correndo de um lado para o outro, tentando ao acaso atingirmos um ponto "secreto" para nós, enquanto paralelamente vai se desenvolvendo um forte sentimento de incapacidade pessoal pela demora em atingirmos nossa meta. Sawrey (1974, p.239) aponta a espera como um bloqueio a ser vencido, que irá gerar frustração e angústia, principalmente quando a pessoa "não dispõe de meios para saber se a demora é inevitável ou apenas temporária" (p.241).

Em nosso entender, o terapeuta que opta por "tornar capaz" seu cliente, deve de imediato agir como guia capaz de retirar o indivíduo deste desagradável jogo de cabra-cega invo

luntário. Guiá-lo para que possa determinar o ponto que deseja obter. Em hipótese alguma devemos acreditar que sabemos melhor que alguém o que esta pessoa deseja; assim, guiar alguém nesta direção não significa que o terapeuta "sabe" qual o objetivo do indivíduo e precisa apenas apontar para que o "cego" o descubra. Muito ao contrário, o terapeuta deve tornar-se um cúmplice do indivíduo nesta busca, ajudando-o a explorar e clarificar seus desejos. Bandler e Grinder (1977) elaboraram um extraordinário trabalho de linguagem em terapia no qual, através da utilização de uma metodologia linguística, demonstram como o discurso das pessoas é incompleto e dúbio e apresentam técnicas que independem da linha teórica do terapeuta para clarificar e especificar este discurso. Dentro desta metodologia, uma frase como "não consigo ser maduro" por exemplo, pode em poucos minutos transformar-se em "não consigo fazer com que meu pai me admire" ou um pouco mais tarde em "não consigo ser o que meu pai espera que eu seja", o que, evidentemente, aproxima muito mais o indivíduo da clarificação de seus objetivos reais do que um vago "ser maduro". Vejamos, a título de ilustração, a reprodução resumida de uma entrevista na qual foram utilizadas as técnicas de Bandler e Grinder:

(Cliente) - As pessoas deveriam ser mais cuidadosas em suas relações.

"Esta frase contém uma "generalização" do sujeito, o que é entendido como uma tentativa de ocultação do sujeito real, além de uma "distorção", processo pelo qual o predicado "ser mais cuidadosas em suas relações" implica numa forma de advertência de um possível efeito que foi suprimido".

(Terapeuta) - O que acontece quando as pessoas são descuidadas em suas relações?

"O terapeuta optou aqui por manter a generalização do sujeito e investigar a consequência oculta do "descuido" como forma de complementação da sequência".

(Cliente) - A gente se magoa muito.

"Novamente o cliente insiste na ocultação do sujeito".

(Terapeuta) - O que significa ser descuidado nas relações?

"O terapeuta segue na tentativa de clarificação do evento".

(Cliente) - Permitir que a gente note certas coisas.

(Terapeuta) - Que coisas especificamente?

(Cliente) - Não sei ao certo, acho que perceber que não somos tão importantes como pensávamos para aquela pessoa.

(Terapeuta) - Você está dizendo que se magoa quando percebe que não é tão importante para alguém quanto supunha?

"O terapeuta deduz um sujeito a lança a frase para confirmação, além de reunir numa sentença os dados obtidos".

(Cliente) - Sim, magôo-me muito, principalmente quando sinto isso em minha namorada.

"O cliente confirma a sentença e "delata" o sujeito da frase inicial".

(Terapeuta) - Então você acha que sua namorada não deveria deixar você perceber que não é tão importante para ela

quanto pensava?

(Cliente) - (Rindo) Eu quero ser o máximo!

(Terapeuta) - Quer ser o máximo para sua namorada?

(Cliente) - Quero, mas não consigo.

Ao menos um dos objetivos deste cliente fica claro, apenas com este diálogo e, em função de sua conclusão, notamos claramente que se substituirmos sua frase por uma avaliação de le mesmo, de sua capacidade para atingir este objetivo, veremos que "não sou capaz de ser importante como gostaria, para minha namorada", é seu sentimento básico nesta relação.

Uma vez determinado o objetivo, meio caminho está an dando. O próximo passo consiste em "como chegar lá". Neste pon to, a utilização do conceito de nexo-causal de Heider pode ser bastante útil. Se "p" (cliente) deseja provocar "x" (ser impor^u tante para) em "o" (namorada), a direção da ação deve ser $p \longrightarrow o$, onde "p" deve ser a fonte causal da ação. Vale uma investigação dentro do caso acima, no sentido de "Que tem fei^u to você para ser importante para sua namorada?" Não chega a ser surpreendente a quantidade de vezes que nos deparamos com pessoas que simplesmente esperam que um efeito ocorra sem a causa que o detona. Assim o sujeito, em alguns casos, espera se tornar importante para alguém, como no exemplo, como se isto brotasse espontaneamente em sua namorada, quase como se ele não "tivesse nada com isso".

Em se confirmando esta hipótese, o terapeuta precisa ria apenas, neste ponto, clarificar a situação ao cliente, de modo a demonstrar que isto que a princípio é sentido como uma

incapacidade é na verdade apenas ausência de ação. Não se pode caracterizar como incapacidade sentimentos provenientes da "frustração" de uma ação não tentada. Sawrey afirma que "frustração resulta da interrupção de um comportamento que estava sendo levado a efeito para satisfazer algum motivo" (1974,p.238). Logo, se não há um comportamento (no caso, ação) no sentido de um objetivo, é ilegítimo qualquer sentimento de frustração ou incapacidade. Dentro da conceituação de Heider, o sentimento de incapacidade estabelece-se a partir da relação entre as forças efetivas pessoais e ambientais, onde $ffp < ffa$. Novamente, sob esta ótica, se não existe confronto com impedimentos externos, não se configura o quadro exposto.

Na medida em que o cliente passa a exercer uma ação no sentido de seu objetivo, pode-se então averiguar sua capacidade ou não de atingí-lo.

Superada esta condição, ou na constatação de que já há um movimento do cliente neste sentido com persistência de um resultado negativo, inicia-se então o passo "mágico" do "tornar capaz".

"Mágico", no sentido aqui utilizado, representa que uma dada estrutura fixa e imutável receberá nova constituição. Ou seja, as chamadas propriedades disposicionais do sujeito precisam sofrer alterações, para que "incapacidade" não faça parte de seu percepto sobre si mesmo no que diz respeito ao objetivo desejado.

Tornar alguém capaz, como foi visto por Heider, significa tornar alguém apto a concretizar mudanças numa dada realidade, ou seja possibilitar que as forças efetivas pessoais so-

brepujem as possíveis forças efetivas ambientais contrárias ao resultado da ação ou, na ausência destas, a reunião de fatores absolutamente pessoais como motivação, esforço e aptidão. Em qualquer um dos casos, isto é havendo ou não "ffs" contrárias, o que irá determinar a realização ou não do objetivo (tarefa) é o poder pessoal do indivíduo em executar a ação. Torna-se fundamental, neste ponto, que o terapeuta avalie com isenção se não está "treinando" o cliente para uma "missão impossível", ou seja não se pode considerar nesta atuação terapêutica uma supervalorização fantasiosa das condições do cliente. Esta postura clínica só deve ser utilizada se, numa relação proporcional de forças, o terapeuta verifica que as forças efetivas ambientais não estão desproporcionais à capacitação de utilização das ffs do cliente. Uma vez constatada a proporcionalidade das forças efetivas, resta ao terapeuta uma amplificação do poder pessoal do cliente. Mc Clelland em "Power - The Inner Experience" (1975) define uma escala para mensuração de níveis de necessidades de poder, convencionalmente expresso por "nPower" (need for power). Pesquisas relatadas por Mc Clelland (Veroff, 1957; Ulonan, 1966; Winter, 1967), demonstram que homens com altos níveis de "nPower" têm atitudes diferentes dos que possuem baixos níveis de "nPower", não só no que diz respeito as suas motivações de conquista, como também nas mais simples atividades de sua vida cotidiana. Estas atitudes são também influenciadas pelas regras, ou costumes das sociedades. Rapazes americanos com alto "nPower" são frequentemente engajados em times de esportes, porque qualquer escola ou universidade americana forma times esportivos e os considera de alto status. Já na Alemanha, Kruse em 1971 verifica que isto não ocorre

pela pouca intensidade de times escolares. Coisas como ler revistas de esportes, colecionar objetos de prestígio, engajamentos em esportes competitivos ou violentos são comuns a quase totalidade destes jovens.

Em homens mais velhos, mais de 30 anos, mantém-se a mesma relação de posses e atividades de prestígio, com o alto nível de "nPower", apenas com as adequações as suas faixas etárias. Winter em 1973 correlacionou em outras pesquisas a percepção de poder com o número de cartões de crédito que um indivíduo possui.

Quatro estágios de modalidades do exercício do poder são descritos por Mc Clelland:

Estágio I : "Isto me fortalece"- Este estágio, caracteriza-se pela primeira sensação infantil de força. Refere-se a objetos que nos dão uma sustentação física ou psicológica (Mãe, Leite, Alimento). São objetos externos que fazem com que a criança se sinta forte por dentro. É a fase oral de Freud, onde há uma incorporação da força do outro. Na vida adulta, pessoas que exercem esta modalidade de poder continuam através de uma "osmose" sugando o poder de outros através de uma proximidade daquele que é a "fonte" externa do poder. Por exemplo, sentir-se poderoso porque é o secretário do Governador. Se levado ao extremo, um indivíduo assim pode desenvolver sintomas históricos de possessão por forças superiores que coordenam suas atitudes, ou passar a utilizar drogas ou álcool para extrair destas substâncias o poder do qual se alimenta. (São pessoas com características de personalidade de forte dependência, apesar de não se sentirem fracas por isto, mas sim poderosas).

Caso o terapeuta opte por exacerbar o poder de seu cliente atuando neste estágio, deve, em nosso entender, estar consciente de que todos os progressos obtidos em relação à realizações pessoais estarão sempre vinculados a situações exógenas, ou seja sempre na dependência da manutenção de uma vinculação do poder pessoal do cliente a algo ou alguém. Esta condição, que pode por vezes ser bastante útil na resolução de tarefas isoladas, demonstra-se ineficaz quando há a necessidade de obtenção de uma capacidade duradoura, dado que não se pode esperar que qualquer vínculo de sustentação esteja presente indefinidamente.

Pode-se, por exemplo, aumentar o sentimento de capacidade de alguém, invocando-se uma condição utilizável como força pessoal. No entanto, não se pode atuar sobre a mesma premissa para qualquer situação de insegurança.

Vejamos o caso de um cliente que pretendia obter uma transferência de departamento em seu trabalho. O cliente dizia que, por mais que demonstrasse seu intuito, não conseguia obtê-lo pelas vias comuns. Pensou então em usar de sua influência com o chefe do departamento pretendido.

(Cliente) - Se eu pedisse para ele me requisitar teria mais chances.

(Terapeuta) - O que lhe impede de pedir?

(Cliente) - Fico com receio de me expor e depois não conseguir nada mesmo assim.

(Terapeuta) - O que quer dizer com "se expor"?

(Cliente) - (sorrindo) Não sei bem, acho isso meio

humilhante.

(Terapeuta) - Você acha humilhante querer mudar de departamento?

(Cliente) - Acho humilhante pedir.

(Terapeuta) - Ah sim, entendo. As pessoas deveriam ser capazes de obter tudo sozinhas. É isso?

(Cliente) - Não ... não é bem assim ...

(Terapeuta) - ...

(Cliente) - Também que diabo! Se eu não for lá pedir, com certeza outro irá.

(Terapeuta) - Com certeza ...

(Cliente) - Além do que eu sei que ele admira meu trabalho e gosta de mim pessoalmente.

(Terapeuta) - Então pelo que parece, você tem mais chances ainda.

O que fica evidente é que não há aqui qualquer preocupação do terapeuta em ampliar o poder pessoal real do cliente, apenas facilitar um objetivo isolado com a utilização de uma "fonte" externa, como dito anteriormente.

Estágio II : "Eu me fortaleço" A criança mais velha aprende que pode exercer seu poder apenas dizendo "não". Sua mãe tenta alimentá-la e ela vira a cabeça. Sabe que há um lugar para urinar, mas não o utiliza. Para Freud, seria a fase anal, onde a partir do controle da defecação, estende-se a um auto-controle pessoal. Algo como "eu consigo o controle, logo me fortaleço, não dependo dos outros para me fortalecer". O

adulto que estabelece para si esta modalidade de poder, passa a acumular bens de status, os quais relaciona como partes de si mesmo e sobre eles exerce seu poder (carros, cartões de crédito, aparelhos eletrônicos, etc. ...). Pode ainda engajar-se em esportes ou atividades de auto-controle corporal, como yoga por exemplo. Patologicamente, podem desenvolver uma neurose obsessiva compulsiva onde, em função de seu alto senso de controle voluntário, pode estipular rituais mágicos, acreditando que com isso são capazes de controlar situações externas.

Clinicamente o reforço da capacidade pessoal neste estágio pode estar diretamente relacionado ao conceito de difusão de Heider. Revendo. Um percepto relativo que é ampliado a objetivos não necessariamente relacionados à capacidade original.

Tomemos como exemplo de atuação clínica sobre o estágio II, o caso de uma moça, casada, que se queixava que seu marido não gostava de sair com seus amigos e, com isto, ela acreditava estar se isolando, pois não se sentia bem em ir sozinha encontrar-se com os amigos.

(Cliente) - No fundo é uma bobagem, mas para falar a verdade fico com receio que meus amigos pensem que estou indo só porque minha relação não está boa.

(Terapeuta) - Não entendo que relação você faz entre seu casamento estar bem ou não e sair com os amigos.

(Cliente) - Se o casamento está bem então devemos sair juntos. Não é assim?

(Terapeuta) - Não sei. Necessariamente?

(Cliente) - Acho que sim.

(Terapeuta) - Em tudo?

(Cliente) - Sim.

(Terapeuta) - Então o fato de minha mulher não estar aqui significa que o meu casamento não vai bem?

(Cliente) - (Rindo muito) Não. Eu digo em situação de lazer.

(Terapeuta) - Lazer de quem?

(Cliente) - Como assim?

(Terapeuta) - Lazer implica em diversão e relaxamento. Se seu marido não gosta de seus amigos, não creio que ele irá se divertir e relaxar. Assim como não creio também que você seja incapaz de divertir-se sem a presença dele.

(Cliente) - Não. Sei que não sou.

(Terapeuta) - Você é capaz também de fazer outras coisas bem sem ele?

(Cliente) - Claro, muitas coisas. Afinal minha vida não começou quando me casei.

(Terapeuta) - Ótimo, então também não precisa ter terminado não é?

Nota-se facilmente que a entrevista acima é direcionada no sentido de ressaltar a noção de "indivíduo". A partir do momento em que se estabeleça uma "consciência de individualidade", ela se estende pela difusão à capacidades específicas da cliente.

Estágio III - "Eu tenho impacto sobre os outros" Numa fase posterior do desenvolvimento, passa-se ao conceito freudiano de fase fálica, onde depois de aprender a controlar-se, o indivíduo descobre que pode controlar os outros pela simples exibição de seu próprio poder. Pessoas fixadas nesta modalidade são conhecidas pelo seu alto nível de competitividade. Tentam sempre superar ou submeter os outros, no esporte, no trabalho, nas conversas ou mesmo nas relações sociais. Outra modalidade dentro deste mesmo estágio é um tipo de comportamento de ajuda, no qual o indivíduo é motivado por um sentimento de competição. Se alguém ajuda o outro a executar uma certa tarefa, supõe-se que quem ajuda é mais capaz naquele particular do que quem é ajudado. Para se identificar uma postura assim, deve-se perceber quando alguém que ajuda o outro assume uma posição na qual a ajuda "deve ser aceita" mais do que "deve ser dada". Assim, pessoas com altos níveis de "nPower" estão mais prontas a ajudar aqueles com os quais mais competem, como forma de sentirem-se superiores a eles.

Em sua forma patológica, o estágio III pode tanto desenvolver sentimentos de super proteção, como comportamentos criminosos como forma extrema de necessidade de subjugar os outros pelo seu poder pessoal.

Sob a ótica de Heider, este estágio poderia ser explicado por um indivíduo que se porta como a fonte causal de qualquer ação. Apesar de aparentemente estas pessoas não possuírem qualquer sentimento de incapacidade, nota-se com um pouco mais de atenção que normalmente acabam sofrendo restrições sociais e rejeições afetivas, em função desta atitude

frente aos outros. Como vimos no capítulo anterior, a exclusão em algum nível do grupo, desde que considerado importante pelo indivíduo, irá gerar nele aquilo que as pessoas com condutas neste estágio tanto tentam dissimular e pela forma com que o fazem, mais a explicitam.

Um claro exemplo desde estágio pode ser ilustrado por uma entrevista inicial de casal, onde a esposa, profundamente dominadora, explicava ao terapeuta as razões que a levaram a procurar uma ajuda profissional.

(Cliente) - Acredito que ele (marido) esteja muito confuso com suas próprias coisas e isto vem se refletindo em nossa relação.

(Terapeuta) - Sei.

(Cliente) - Eu venho tentando ajudá-lo, no entanto o Sr. sabe como é ...

(Terapeuta) - Sei como é o quê?

(Cliente) - (Rindo) Santo de casa não faz milagre.

(Terapeuta) - (Dirigindo-se ao marido). Pelo que entendi, sua esposa acredita que seus problemas pessoais são as causas das dificuldades que vocês vêm enfrentando. É correta minha percepção?

(Cliente) - (marido) Eu não sei doutor. O Senhor me perdoe, mas na verdade eu nem sabia que viria aqui hoje; ela me disse que iríamos visitar um amigo e quando dei por mim já estava aqui, não estou certo de que deseje fazer análise.

(Cliente) - (esposa) O Sr. vê? Ele se recusa a acei-

tar qualquer ajuda.

(Terapeuta) - A única coisa que vejo é o constrangimento de seu marido. Creio que esta entrevista está comprometida e proponho à Srª. que retorne só outro dia, para conversarmos.

(Cliente) - Por que eu?

(Terapeuta) - Uma vez que foi a senhora quem marcou a entrevista, acho que deve estar motivada à análise.

(Cliente) - O Sr. não está entendendo, quem precisa de análise é ele. Afinal, qual é a sua linha?

Ao final da entrevista, a cliente não quis deixar outras marcas, alegando alto preço das consultas. O que evidentemente ocorreu é a percepção da cliente da possibilidade da inversão de situações, onde ela passaria de "benfeitora compreensiva" à "necessitada dominadora", o que a colocaria em situação de "inferioridade" pela perda do poder de controle.

Estágio IV - " Isto Conduz ao Meu Objetivo" - Este é considerado o mais avançado estágio de manifestação do poder. Nele o indivíduo vê a si mesmo como um instrumento de uma autoridade maior que o leva a influenciar os outros, como uma obrigação. Nesta modalidade, os atos pessoais são movidos e justificados pela influência de instituições de poder - Religião, Estado, Leis, ou mesmo normas de um grupo. ("Não é meu desejo, mas precisa ser feito"). Grandes líderes mundiais têm esta modalidade como forma de exercício de seu poder. Skinner (1971), em "Beyond Freedom and Dignity", demonstra que as pessoas não são tão livres quanto pensam e que seus comportamentos são con

trolados por forças ambientais externas ao indivíduo. Na concepção Freudiana, este estágio corresponde à resolução do Édipo na criança, onde reconhecida a impossibilidade de substituir o pai na afetividade da mãe, o garoto incorpora a imagem do pai através da identificação sexual e tenta ser como ele, para assim assumir o sentimento de poder proveniente deste. Como patologia, este estágio pode produzir manifestações messiânicas como fruto da fantasia de ser um instrumento de Deus por exemplo, o que gera dificuldade em distinguir sua própria personalidade da vontade da "entidade" que o domina.

O cultivo deste estágio, quando utilizado para amplificar a capacidade do indivíduo, não encontra praticamente limites, apesar de no nosso entender ser perigosamente sujeito à indução de uma alienação das limitações pessoais do cliente. Há uma espécie de "robotização" da pessoa, onde qualquer forma de consciência crítica pode facilmente ser esmagada em nome de uma "pseudo força efetiva ambiental" que "exige" uma dada conduta.

Mais do que uma postura clínica, parece-nos um erro de atuação qualquer procedimento terapeutico (?) neste sentido. Em casos inevitáveis especiais, como por exemplo alguém que recebe uma ordem superior no trabalho que ele sabe irá prejudicar alguém, torna-se mais recomendável uma atitude clínica de desculpabilização do que qualquer tentativa de aproveitamento da situação para exacerbação das forças pessoais.

Em termos de maturidade, a maior parte dos psicólogos tende a considerar mais maduras as manifestações de poder assumidas como atitudes pessoais. Entretanto, Mc Clelland afir

ma que na verdade deve haver uma certa flexibilidade nas modalidades de utilização do poder, o que vai depender da situação na qual o indivíduo encontra-se. Para ele "maturidade envolve a habilidade de usar a modalidade adequada à situação" (p.24). Enquanto que imaturidade seria o uso de uma só modalidade, em qualquer situação ou ainda o uso de uma modalidade imprópria à situação particular. Ressalta ainda que, sob a ótica de E.H. Erikson e Freud, seria anormal a rejeição total de qualquer modalidade de exercício de poder ou o uso de uma modalidade em detrimento das demais.

Também sob a ótica clínica da utilização da teoria de Heider, caberia a cada terapeuta disposto à "mágica do tornar capaz" seus clientes avaliar em qual destes estágios deve atuar, em função não só do tipo do objetivo como também das características de personalidade de cada cliente.

IV.2 A ALTERNATIVA DO "NÃO PRECISAR SER CAPAZ"

Sawrey (1971) cita em seu livro "Psicologia do Ajustamento" (p.67) uma forma de afastamento da realidade denominada por ele "divagação de herói conquistador". Trata-se de uma fantasia do sujeito, na qual este realiza os feitos que mais lhe trariam glória e admiração, como um jovem atleta que se imagina executando um lance brilhante em seu esporte ou um universitário que se imagina recebendo o Nobel de sua especialidade. Para Sawrey, estas fantasias, ou divagações como chamam, são frutos de "... desejos frustrados e ambições irrealizadas" e "... proporcionam uma sensação de capacidade aumentada ou diminui a sensação de inépcia". Este tipo de fantasia é entendido

como um dispositivo de defesa à frustração e à inadequação social, considerado por Sawrey "sem riscos" (op.cit., p.69). No entanto, se observarmos pela ótica da psicologia social, teremos que adicionar um dado que julgamos capaz de alterar esta avaliação. Os mesmos conceitos que determinam nossa fantasia de realização estão incutidos em nossos desejos reais de atuação. Tais realizações só ficam restritas ao campo do imaginário por estarem, segundo supomos, acima de nossas capacidades de execução, o que não significa, em absoluto, que tenhamos desistido de desejá-las no real.

Evidentemente, o conceito de status relativo ressalta estes desejos; é mais natural um universitário fantasiar-se recebendo o prêmio Nobel do que recebendo uma ovação em um teatro lotado pela sua brilhante interpretação de uma ária, por exemplo. A questão é que este universitário pode facilmente extrapolar o nível da divagação e passar a acreditar que ele precisa ser um gênio passível de recebimento de tal honraria. Mesmo em exemplos mais modestos, o próprio Sawrey afirma que a fantasia do herói realizador tem a função compensatória de diminuir uma frustração, ou seja, ameniza a não realização pela própria realização, mesmo que em fantasia.

Cria-se, como vemos, um círculo sem saída, no qual a única possibilidade para a não frustração é sempre a realização. O que propomos como alternativa a esta condição tão presente em consultório é uma ruptura, um espaço neste círculo, por onde o cliente possa "escapar" quando o objetivo da realização for por alguma razão ambiental (ffa) inatingível em sua atual condição pessoal (ffp), sem que isto implique em frustra-

ção e consequentes sentimentos de incapacidade.

A grande maioria dos psicoterapeutas tem se mostrado, independentemente das suas linhas teóricas, reticentes quanto à esta alternativa, por julgarem que, dentre as princi-pais funções da psicoterapia, encontra-se a de expandir os po-deres pessoais do indivíduo de forma a torná-lo "cada vez mais capaz". Também concordamos com esta premissa, desde que sejam respeitadas as limitações e as proporcionalidades entre objetivo e condição de realização. Caso isso não ocorra, em nosso entender pessoal está se cometendo uma grande irresponsabilidade quando lançamos alguém em realizações maiores do que seu possível. Mesmo se considerarmos a alta competitividade de nossa cultura, o padrão vigente de realização a todo custo e concei-tos de que o indivíduo que não realiza é visto como perdedor pela sociedade e por ele mesmo, temos que considerar também toda a neurose, frustração e vilania que vem acompanhando nossa sociedade nesta busca desenfreada de nos tornarmos super-he-róis realizadores.

Dentro da teoria de Heider temos excelentes padrões de atuação que, se utilizados na clínica psicoterápica, possi-bilitam, como veremos, uma alternativa de conduta nos casos de ffa > ffp, uma alternativa que pode significar a desculpabilização de muitas pessoas pressionadas por conceitos como os ex-postos acima: a alternativa do "não precisar ser capaz".

Como vimos no início deste capítulo, existem duas parcelas de uma mesma premissa ("tal objetivo precisa ser atingido" + "não estou sendo capaz de conseguir") que se torna a base da insatisfação pessoal do sujeito. Tratamos inicialmente

da segunda parcela. Vamos agora nos concentrar no trabalho efetuado sobre a primeira.

Um conto de Oscar Wilde relata a história de um homem que se viu em frente a um portão com as inscrições "aqui fazem-se as regras". O portão era guardado por dois homens fortes e bem armados que, apesar das súplicas do homem, não o deixaram entrar. Tal foi o fascínio pelo mistério por detrás daqueles portões que o homem não conseguiu mais sair de sua frente. Quando já velho e fraco, caído aos pés dos guardas, o homem sentiu que estava morrendo. Dirigiu-se aos guardas e perguntou: - Estou morrendo, por favor responda-me: por que nunca me deixaram entrar? Um dos guardas, compadecido do estado do pobre homem, respondeu: - Aqui se fazem as regras que deverão ser cumpridas deste portão para fora; assim só pode entrar aqui aquele que estiver acima das regras; nós lhe dissemos que você não podia entrar e você respeitou a regra, portanto não foi digno de cruzar os portões.

Assim como as regras, também os objetivos precisam ser cumpridos, muitas vezes sem nem sabermos porque — apenas precisam ser cumpridos. Quando conseguimos questionar os objetivos aos quais nos propomos, deparamos-nos muitas vezes com tarefas que de fato não nos remetem à satisfação de nossos desejos. Para uma melhor compreensão deste segundo tipo de atuação terapêutica, dividiremos em etapas, seguindo o modelo anterior, diferentes abordagens:

MODELO I : O OBJETIVO IMPOSSÍVEL: Este nos parece ser o mais simples dos modelos de atuação psicoterápica nesta linha, na medida que se encontra simplesmente calcado na, já

anteriormente explicada, relação de forças entre sujeito e ambiente. Quando $ffa > ffp$, nada pode ser feito pelo sujeito de forma a superar esta defasagem contrária a seu objetivo. Nestes casos cabe ao terapeuta auxiliar o cliente a conscientizar-se de seus limites, sem que tal consciência implique em desvalorização pessoal, mas sim ser aceita como algo natural e relativo a um dado espaço físico-temporal. Quanto mais cedo for identificado, menos desgaste inútil será proveniente deste modelo de atuação e, conseqüentemente, menor será também o percepto de incapacidade incorporado ao cliente.

Na clínica tradicional, temos aqui um típico caso de perda dos limites, onde o sujeito julga-se capaz de realizar coisas acima de sua condição. Situação que, elevada à condição patológica, seria facilmente diagnosticada como personalidade psicopática, caracterizada pela inoperância quase absoluta deste mecanismo de avaliação do ambiente.

Escolhemos como caso clínico deste modelo de atuação, um jovem que exprimia seu desejo de independência e paralela frustração pela condição de dependência aos pais.

(Cliente) - Eles (os pais) estão sempre me exigindo coisas.

(Terapeuta) - Que coisas, especificamente, eles estão sempre exigindo?

(Cliente) - Tudo o que você imaginar. Qualquer coisa, notas boas, que me vista de certo modo, que fale daquele modo, que goste de beterrabas, tudo ... (sorrindo).

(Terapeuta) - Acho que basicamente eles lhe exigem

obediência.

(Cliente) - É. É isto mesmo, eu odeio isto. Não vejo a hora deles me deixarem em paz.

(Terapeuta) - O que você acha que deve acontecer para eles o deixarem em paz?

(Cliente) - Eu ser independente.

(Terapeuta) - Hum... e como você acha que alguém se torna uma pessoa independente?

(Cliente) - Eu sei que tem que ter dinheiro, mas eu podia pelo menos ser independente emocionalmente.

(Terapeuta) - Não entendi.

(Cliente) - Não ligar tanto para eles. Não me deixar influenciar pelo que eles querem.

(Terapeuta) - Bem, em primeiro lugar não acredito em qualquer tipo de independência que não seja precedida de uma independência econômica e, em segundo lugar, não creio que comportamentos de desobediência sejam sinônimos de independência emocional.

(Cliente) - Como assim?

(Terapeuta) - Acho que eles só apertariam mais o cerco. Aumentariam mais as cobranças e as exigências.

(Cliente) - É ... não vejo a hora de começar a trabalhar.

(Terapeuta) - Acho que é esse o caminho. Você está terminando o segundo grau e pode muito bem estudar na faculdade e arrumar um emprego de meio-expediente.

(Cliente) - Vou ganhar pouco ...

(Terapeuta) - No princípio sim mas vai dar para ter uma certa autonomia; já não vai, pelo menos, precisar pedir dinheiro para tudo.

(Cliente) - (sorrindo) Você já é independente?

(Terapeuta) - (sorrindo) Venho tentando ser ...

Através deste exemplo, esperamos que tenha ficado claro como o terapeuta retira do adolescente uma sensação de fracasso injustificado pela sua própria condição e projeta o objetivo em um tempo futuro, onde as forças efetivas pessoais do cliente encontrarão provavelmente condições de realizações de seus objetivos de independência. Note-se que o objetivo é avaliado como impossível naquele momento específico, dentro de uma avaliação temporal e não como uma impossibilidade estrutural e definitiva. Fosse esse o caso, nada impede de que seja conscientizada a limitação, mantendo-se uma maturidade avaliativa sem deteriorização da auto-imagem do sujeito.

MODELO II - O FALSO OBJETIVO: Tratamos aqui de uma intensão inicial do sujeito que, por alguma razão, como por exemplo um erro avaliativo, transfere o objetivo inicial para outro, com o qual o cliente julga poder atingir sua intenção.

• Dentro da conceituação de Heider, podemos dizer que o sujeito avalia erroneamente o status relativo do objeto que pretende atingir. A partir de uma avaliação analítica, conclui-se nestes casos a interferência de fatores inconscientes, que dissimulam a verdadeira intenção do sujeito.

Como por exemplo, vejamos o caso de uma cliente que

depois de alguns anos de casada, resolve sair de sua vida doméstica e fazer um curso universitário. No entanto, apresentava ao terapeuta muita dificuldade em promover seus estudos de forma satisfatória.

(Cliente) - Eu não sei o que está havendo comigo, nunca entendo os professores e frequentemente não tenho vontade de ir às aulas.

(Terapeuta) - Você sabe o que está provocando esta desmotivação?

(Cliente) - Tenho a impressão que não sou mais capaz de acompanhar um curso superior. Mas eu queria muito me formar.

(Terapeuta) - É muito importante ter um diploma para você?

(Cliente) - Muito; quero muito um diploma universitário.

(Terapeuta) - Por favor, corrija-me se eu estiver errado mas, do jeito como fala, tenho a impressão de que qualquer diploma serve. Quero dizer, o diploma em si é mais importante do que o curso que ele representa?

(Cliente) - Olha, não sei se qualquer curso serve, mas sem dúvida, não morro de amores pela biologia. Inclusive, tenho pensado, em função de minhas dificuldades, em pedir transferência para outro curso.

(Terapeuta) - O que fará com o diploma depois de formada? Pretende trabalhar?

(Cliente) - Talvez, mas não é minha preocupação ago-

ra.

(Terapeuta) - Qual é então sua preocupação agora?

(Cliente) - Apenas ter um curso superior, acho importante. Hoje em dia todos valorizam um diploma.

(Terapeuta) - Espere aí, quem especificamente está se importando se você tem ou não um curso superior?

(Cliente) - Ah! Eu mesma. Sinto-me insegura em relação as outras pessoas. Até como mulher fico insegura. Meu marido por exemplo, vive cercado no trabalho por mulheres cultas, profissionais de nível superior e eu sei que isso pode acabar por despertar interesse nele.

(Terapeuta) - Você acredita que, se tiver um curso superior, estará isenta deste risco?

(Cliente) - Diminuem as chances, não é?

(Terapeuta) - Não sei ... de qualquer forma, parece-me que se você foi suficientemente interessante para que seu marido casasse com você sem diploma; deve ser também para manter seu casamento. Na realidade, não creio que sua insegurança na relação vá se resolver com um diploma universitário.

(Cliente) - Estou tentando de todas as formas, meu marido não demonstra mais interesse em mim. Não sei mais o que faço ... (fica com os olhos úmidos).

Fica aqui evidente que a desmotivação e o consequente fracasso no desenvolvimento do curso da cliente são provenientes de um nexó causal dirigido ao objetivo errado. Não há ffp suficiente para impulsionar a cliente a seu objetivo, uma

vez que este na verdade não corresponde a sua intenção real. Sua "incapacidade", na verdade, é de sentir-se interessante ao marido e não, como expôs a princípio, de concluir um curso superior.

MODELO III - O OBJETIVO ALTERNATIVO: Neste modelo, diferentemente do citado acima, a direção do nexu é correta; apenas é encarada como única possibilidade de obtenção de um objetivo, quando na verdade não o é. Isto por si só, muitas vezes, já é o suficiente para adicionar ao movimento da ação um acréscimo de ansiedade, que pode representar um peso suficiente de modo a prejudicar o resultado final.

Levando-se em consideração que o sentimento de incapacidade estabelece-se já no "caminho" escolhido para obtenção de um fim, ou seja, se o resultado é considerado negativo, significa que o sujeito não atingiu o objetivo. O que propomos neste modelo é uma simples mudança de "rota", sem alterar-se a direção (ou objetivo) pretendida. Imaginemos que pretendamos chegar a uma cidade e descobrimos, no meio do caminho, que a estrada está bloqueada pela queda de uma barreira. Estabelece-se um sentimento de frustração proveniente do raciocínio de que não atingiremos nosso objetivo. Se, no entanto, sabemos da existência de uma estrada paralela, a frustração dissipa-se. Assim também, o que este modelo propõe, são alternativas na forma de atingirmos o fim proposto, evitando assim, sentimentos de incapacidade gerados pela opção de meio e não pela impossibilidade de realização da tarefa.

No nível clínico, acreditamos facilitar o entendimento deste modelo através do exemplo de um cliente, que acredita

va que ser rígido com os filhos era a única possibilidade de ser respeitado, o que vinha lhe causando conflitos familiares diários, com os filhos e a esposa.

(Cliente) - As vezes penso que não haveria mal em afrouxar um pouco, mas se fizer isto, aos poucos vou perder o controle sobre eles.

(Terapeuta) - Você precisa decidir se deseja ser respeitado ou manter o controle sobre seus filhos.

(Cliente) - As coisas andam juntas.

(Terapeuta) - Que coisas?

(Cliente) - Controle e respeito.

(Terapeuta) - Necessariamente?

(Cliente) - Quase sempre ...

(Terapeuta) - Se o seu objetivo é ser respeitado como mantenedor do poder, pode ser. No entanto, se seu objetivo é ser respeitado como pessoa, ouvido e procurado pelos seus filhos como orientador de atitudes, respeitado pela sua vivência e inteligência, não creio que venha atingir seu objetivo por este caminho.

(Cliente) - Eles não me atenderiam de outro modo. Acho que mais do que qualquer outra coisa, a função do pai é colocar os filhos no caminho certo. Mais tarde eles vão me agradecer.

(Terapeuta) - Você está aqui justamente porque sua família vive momentos de tensão e desagregação. Sabe que se algo não for feito para mudar este quadro, sua relação familiar

pode se romper. Sua esposa disse, na sua frente, que não suporta mais este clima em casa. Não é?

(Cliente) - Muitas outras coisas estão colaborando com isto.

(Terapeuta) - Tem razão, mas sua atitude está acelerando o processo.

(Cliente) - Talvez ...

(Terapeuta) - Você espera que seus filhos lhe agradeçam amanhã; para tal, precisa haver um amanhã e desse jeito...

(Cliente) - Tudo que quero é que me respeitem.

(Terapeuta) - O respeito, pelo menos da forma pela qual eu entendo, é uma relação bilateral. Eu estou lhe respeitando, na medida em que você também está me respeitando. E não me consta que você exerça uma relação de poder e controle para comigo.

(Cliente) - Se eu agir diferente e eles fizerem bobagens por aí, de quem será a responsabilidade?

(Terapeuta) - Deles. Vão aprender com os erros que cometerem. Se no entanto, você não mudar sua relação será sempre responsabilizado pela infelicidade deles.

(Cliente) - Acho que no fundo não sei agir de outra forma.

(Terapeuta) - Você vai descobrir, até junto a eles mesmos. O importante agora é você se convencer da necessidade de uma alteração tática em seu objetivo de ser respeitado. Quer ser respeitado pelos filhos, não é? Pois então comece a

conquistar esse respeito.

Note-se que, em momento algum, o terapeuta alterou o objetivo do cliente de ser respeitado pelos filhos. Durante todo o procedimento, suas intervenções questionaram o método de obtenção desse objetivo. A sentença "não estou sendo capaz de obter respeito", transforma-se em "não estou sendo capaz de obter respeito desse jeito como venho tentando", o que representa uma diferença, não só no percepto do conceito de respeito, como uma alteração na direção da ação. Ou seja, o cliente na verdade pretendia "tomar" o respeito dos filhos, colocando-se como fonte causal da ação (se "p" pega "x" de "o", então o agente causal é "p"). Quando invertido o processo, o respeito passaria a ser recebido dos filhos ("p" recebe "x" de "o", fonte causal "o"), o que na verdade caracteriza uma relação de respeito real.

MODELO IV - O OBJETIVO EMPRESTADO: O processo de projeção ou transferência, como preferem os psicanalistas, caracteriza-se pela atribuição de nossos sentimentos, motivos ou mesmo condutas a outros indivíduos. Trata-se, como sabemos, de um processo absolutamente interno ao indivíduo que o formula, ou seja, o indivíduo "A" pode acreditar que seu amigo "B" possa vir a traí-lo, quando na verdade é ele "A" quem sente em si mesmo esta possibilidade em relação a "B". O indivíduo "B" está, nesse caso do exemplo, isento de qualquer participação nesse processo psicológico de "A". Entretanto, quando o processo de projeção de "A" encontra-se com um forte sentimento de identificação de "B" em relação ao outro, pode, desta interação de processos psicológicos, gerar uma conduta em "B" que, na realidade, reflete apenas os sentimentos ou desejos de "A".

Sawrey (1974), ressalta que "... a posse das características de outrem não é tanto o fim desejado quanto os objetivos e satisfações que podem ser alcançados pelo indivíduo que possui essas características" (p.45). Ou seja, o indivíduo que se identifica com outro, formula para si mesmo, "verdades" como: "o que é bom para ele, é bom para mim". E na confluência com "o que eu gostaria de realizar deve ser realizado por você", do indivíduo que projeta, encontramos o solo fértil para o modelo que denominamos de "objetivo emprestado".

Neste modelo, o sujeito estabelece para si objetivos que, na verdade, não lhe pertencem e sim a alguém ou até talvez a um grupo ao qual se identifica e, em função de sua ligação afetiva a este grupo ou indivíduo, sente-se obrigado a atingir.

A exemplificação clínica deste modelo refere-se a uma entrevista de casal, onde a esposa (cliente F) demonstrava sua insatisfação com a desmotivação do marido (cliente M) para, nas suas palavras, "melhorar nosso nível social", apesar do crescimento econômico do casal.

(Cliente F) - (Dirigindo-se ao marido) Você é assim mesmo. Pode ganhar um, dois, dez milhões que vai sempre frequentar os mesmos lugares, vestir as mesmas roupas.

(Cliente M) - Não é verdade ...

(Cliente F) - É claro que é. O que nós temos feito que não fazíamos antes?

(Cliente M) - (Dirigindo-se ao terapeuta) Eu realmente tento melhorar nosso padrão de vida. Sempre vamos aos coque

têis, procuro arrumar novas amizades na diretoria da empresa; não sei o que posso fazer mais ... esse pessoal também não se entrosa assim, com qualquer um, leva tempo.

(Terapeuta) - Você também tem o seu tempo para se adaptar ao novo status, creio ...

(Cliente F) - (interrompendo o terapeuta) Que nada! Se dependesse dele, a gente ainda sentava em barzinho para tomar chope.

(Terapeuta) - (dirigindo-se a cliente F) Não sentam mais?

(Cliente F) - Não, agora pelo menos ele já me leva a restaurantes.

(Cliente M) - (dirigindo-se a esposa) Então, tá vendendo ...

(Terapeuta) - (dirigindo-se a cliente F) Que situações você destacaria como sendo comprovações de uma ascensão social?

(Cliente F) - Não sei se tem situações específicas, mas ele deveria comprar roupas melhores, relógios, um carro mais novo, sei lá, ele agora pode fazer essas coisas, é para o bem dele mesmo; outro dia até fomos ver um apartamento, na Gávea, muito bom mas ele não se decide ...

(Terapeuta) - De quem foi a idéia de ver o apartamento.

(Cliente M) - Nossa ...

(Cliente F) - É, mas eu é que fiquei procurando no

jornal.

(Terapeuta) - (dirigindo-se a cliente F) Tenho o tempo todo a impressão de que estas coisas são muito mais importantes para você do que para ele. Estou errado?

(Cliente F) - Não. É isso mesmo, ele nem liga.

(Terapeuta) - (dirigindo-se cliente F) Você gostaria de roupas melhores, relógios, carro novo, não é?

(Cliente F) - Claro. Quem não gosta? Por que? Tem al gum mal nisso?

(Terapeuta) - Absolutamente, acho apenas que ao invés de você tentar criar nele uma motivação que evidentemente ele não possui, poderia simplesmente expressar seu desejo e pe dir a ele que, dentro do possível, tenho certeza, ele lhe da ria.

(Cliente M) - Eu sempre dou o que ela quer mas, certas coisas, não são pedidos pura e simplesmente, são cobranças de atitudes que não me são fáceis. Tenho certeza que ela quer o meu bem, mas ao seu jeito.

(Cliente F) - Como assim, ao meu jeito?

(Cliente M) - Ora, se você quer frequentar o clube por que não vai? Eu não gosto, vá você. Mas não ... fica me torturando.

(Cliente F) - Mas você disse que não se importava em ir ... disse que gostava ...

(Cliente M) - Uma vez que eu já estava lá, não ia fi car de cara emburrada, criando clima ...

(Terapeuta) - Creio que o importante aqui é cada um arcar com seus desejos e não camuflá-los, como se os achassem vergonhosos e precisassem ser partilhados em uma cumplicidade para divisão de culpas. (Dirigindo-se a cliente F) Você me perguntou se havia algum mal em querer coisas boas e caras, eu disse que não. Agora eu lhe pergunto; tem algum mal em querer essas coisas? Você se sente estar explorando seu marido?

(Cliente F) - Não ... um pouco ...

(Terapeuta) - Se ele desejasse essas coisas tanto quanto você as deseja, este sentimento não existiria, não é?

(Cliente F) - (silêncio)

(Cliente M) - Pelo amor de Deus! Que maluqueira! Eu nunca acharia que você estava me explorando, não importa o que você quizesse, eu só não quero é me sentir coagido a querer as mesmas coisas que você.

Da forma como a esposa do exemplo acima se portava, o marido introjetava um objetivo que na verdade lhe estava sendo "emprestado compulsoriamente". Apesar de, o marido passar depois, a assumir uma postura de que "sempre soube que o objetivo era seu", as coisas não se davam bem assim. Uma observação mais atenta em seu discurso inicial, demonstra nitidamente o desenvolvimento de sentimentos de incapacidade em realizar a "pretendida" ascensão social.

Tanto na opção clínica de "Tornar Capaz", associada aos estágios de exercício de poder de Mc Clelland, quanto na opção do "Não Precisar Ser Capaz", tornam-se fundamentais as relações comparativas entre forças efetivas pessoais e

ambientais, assim como uma correta estimativa do nexo e da di
reção causal das atitudes analisadas, de forma que o terapeuta
não incorra em riscos de avaliação. Uma avaliação falsa, errô-
nea ou mesmo mal formulada, pode levar a perder o vetor moti-
vador da ação e assim a automática distorção de um dos princi-
pais fatores disposicionais das ffp necessárias à execução da
tarefa.

Outro fator que julgamos de extrema importância para
o sucesso destas intervenções clínicas é o perfeito entendimento
do terapeuta da necessidade de alterações em certos percep-
tos do indivíduo. De forma geral, não existem regras para
quais perceptos devem ser reformulados, ficando esta questão
muito em função da sensibilidade e percepção do terapeuta e pela
correta avaliação dos nexos como dito acima. Entretanto, a-
penas como distinção acadêmica, poderíamos afirmar que, afora
algumas excessões, o terapeuta que optasse pela atuação de forta
lecimento da capacidade pessoal ("Tornar Capaz"), deveria refor
mar os perceptos do indivíduo sobre si mesmo, de modo a que
este se perceba como mais capaz e portanto, passível de con-
cluir tarefas que julgava acima de seus níveis de realização.

Se, ao contrário, o terapeuta optar pela reinterpretação
do desejo motivador da tarefa ("Não Precisar Ser Capaz"),
os perceptos reformulados devem ser voltados ao ambiente, as
ffa ou ao objeto/pessoa que impulsiona a fonte causal da ação.

O conceito de capacidade de Heider, assim como toda
sua conceituação periférica, tem se mostrado, quando utilizado
em nossa prática psicoterápica neste período de avaliação de
sua viabilidade clínica, um poderoso instrumento de auxílio à

resolução de questões ligadas direta ou mesmo indiretamente a sentimentos desvalorizativos, provenientes de frustração e/ou não realizações pessoais. Por tratar-se de uma teoria vinculada estreitamente à psicologia social, o conceito de Heider sobre capacidade não conflita, pelo menos em nosso entendimento, com qualquer linha teórica de abordagem clínica, uma vez que não está construído sob qualquer axioma destas correntes de pensamento. Este particular, permite que qualquer terapeuta, independente de sua metodologia teórica, utilize-o como acessório clínico quando necessário, sem que isto, implique em qualquer outra alteração em seu procedimento.

CAPÍTULO V

C O N C L U S Õ E S

A partir das contribuições de Heider, constatamos que a realização (ou não) de uma ação é o ponto final de um complexo mecanismo de interrelação entre as forças do indivíduo e as forças ou fatores externos, que atuam como variáveis da ação. Realizar implica em vencer estas variáveis externas, seja pelo esforço aplicado, seja pela fragilidade do meio em relação às condições pessoais. Como qualquer disputa de forças, esta também só determina um valor equiparativo quando existe proporcionalidade entre os oponentes. Em outras palavras, só há vencedor quando qualquer oponente pode vencer. Caso contrário, o que se constata é a utilização do poder desi-

qual que oprime o mais fraco.

Não há legitimidade em sentir-se capaz quando a avaliação de proporcionalidade entre nossas condições pessoais e o meio contextual da ação é desigual a nosso favor, como também, e principalmente, não há fracasso na situação oposta. Ser capaz, então, refere-se a um conceito de relatividade entre pessoa e tarefa e como todo conceito relativo implica em oscilação. "Ninguém é capaz de tudo o tempo todo" e a consciência deste princípio produz mecanismos de defesa à frustração que funcionam como equilibradores de nossa estrutura egóica. Todavia, quando consideramos o contexto social e deparamo-nos com nossa sociedade absolutamente impregnada de valores de competição, entendemos que a realização assume um sentido muito maior do que a simples condição de influenciar e/ou alterar um meio. Para indivíduos engajados nesta estrutura social, realização implica no próprio conceito Darwiniano de sobrevivência do mais apto.

Inúmeros livros e artigos já exploraram suficiente nossa formação cultural e tornar-se-ia redundante criticarmos aqui a cultura Ocidental. O fato é que, em virtude desta cultura, os níveis de resistência à frustração vem decaindo proporcionalmente à ascensão dos níveis de necessidade de realização. Isto vem provocando o surgimento daquilo que já começa a se delinear como um novo quadro patológico, o sentimento de incapacidade, de não realização. O que poderia permanecer como uma consciência de limite pessoal, agiganta-se e passa a agredir todo o sistema egóico do indivíduo, afetando sua auto-imagem e condição de adaptação social.

Neste sentido, a psicoterapia muito ganharia em munir-se de uma metodologia específica de combate a este processo de desvalorização pessoal. No caso da capacidade, objeto de limitado de nosso estudo, Heider oferece os meios necessários para construção desta metodologia, uma vez que, a partir do conhecimento da sistemática do processo psicológico, ou seja como o processo ocorre, torna-se possível a intervenção clínica no ponto exato do núcleo patológico. Em outras palavras, se me proponho a "concertar" algo, não basta saber o que está "errado"; preciso saber, principalmente, como aquela coisa deveria estar "funcionando".

Assim como a capacidade, muitos outros conceitos psicológicos são muito mais estudados em sua etiologia no âmbito da psicologia social do que propriamente nas teorias da personalidade, braços teóricos da clínica psicoterápica. Os estereótipos e preconceitos, atribuições de causalidade, motivação social, mudanças de atitudes, são alguns exemplos de processos psicológicos que se constituem no objeto de estudo da psicologia social e, no entanto, encontram-se diretamente relacionados a fatores de construção egóica e procedimentos psicológicos outros, pertinentes à clínica psicoterápica.

As conclusões relativas à prática clínica são fundamentais para a utilização dos conceitos de Heider. Em primeiro lugar, devemos considerar que, para que haja possibilidades terapêuticas na utilização do conceito de capacidade, é necessário que o cliente alvo da intervenção tenha condições egóicas de explicitação de desejo. Este desejo, como vimos no corpo do trabalho, pode ser proveniente de objetivos "falsos", "empres-

tados", "radicais" como no Modelo III ou mesmo "impossíveis". No entanto, o sujeito deve possuir uma estrutura de ego capaz de "desejar". Estados autistas ou decorrentes de patologia grave podem, em alguns casos, atingir a estrutura egóica de modo a incapacitar o sujeito a qualquer intenção de realização. Kurt Schneider (1976) descreve casos agudos de esquizofrenia paranóide, onde o sujeito age em função de uma suposta dominação exterior, sem qualquer possibilidade de intervenção pessoal nas atitudes. Nestes casos, que não podem ser confundidos com o apresentado no Estágio IV do "tornar capaz", a conceituação de Heider não se aplica, em função do profundo comprometimento de todo o sistema relacional do sujeito. A distinção entre estes casos e os do Estágio IV encontra-se no fato de nestes (Estágio IV), existir uma manipulação mais ou menos consciente da "entidade dominadora" na obtenção de seus objetivos de poder, como por exemplo, nos ditadores que utilizam o Estado como "entidade" legitimadora de suas ações. Mesmo assim, esta na verdade seria já a manifestação patológica desta modalidade, o mais comum, e a consciente transferência de uma atitude pessoal para um contexto institucional, ou seja, a pessoa age como representante da instituição e assume para si o poder que julga a instituição possua. Desta forma, em todo estado psicótico onde haja comprometimento da vontade a níveis elevados, a conceituação de Heider e sua utilização clínica tornam-se inócuas.

Outro fator importante, que deve ser frizado, refere-se a que os estágios e modelos aqui apresentados, assim como toda estrutura da teoria de Heider, não se configuram como

método analítico nem se propõem a inaugurar nenhum método clínico. Sua utilização deve sempre ser compreendida como acessória ao modelo já utilizado pelo terapeuta. A terminologia conceitual descrita no trabalho fica restrita à compreensão do conteúdo dos processos citados. Assim, termos como por exemplo "transferência", "deslocamento" e "fantasia", relativos à psicanálise, não encontram qualquer impedimento de convivência com "percepto", "força efetiva", etc. ...

Não entendemos como impossível a construção de uma teoria e metodologia clínica baseada em axiomas provenientes de Heider. Entretanto, até o momento, mesmo as linhas sistêmicas, que seriam as que mais se aproximariam conceitualmente, mantêm suas formulações epistemológicas independentes dos constructos de Heider. Esta posição dá ao conceito de capacidade uma flexibilidade bem confortável em sua utilização clínica.

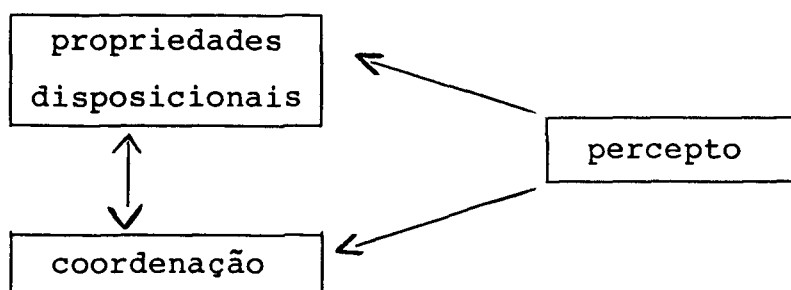
Ainda sobre este aspecto, e talvez melhor dizendo em função deste aspecto, conclui-se que os "insights", provenientes das intervenções demonstradas nos exemplos clínicos, devem ser entendidos como parciais, na medida em que não só há manipulação do percepto pelo terapeuta como, e principalmente, referem-se a uma situação específica e não a uma alteração permanente nos nexos do sujeito. Pode-se e, cremos, deve-se aproveitar estes "insights" para que a estrutura de funcionamento relacional e/ou cognitivo do cliente seja trabalhada de forma mais profunda e detalhada. Nos exemplos apresentados, destacamos apenas os trechos pertinentes ao nosso objetivo. Não desejamos no entanto passar a impressão de que uma entrevista clínica que utilize este procedimento deve ater-se à estas coloca

ções; muito pelo contrário, como frizamos acima, após identificado o modelo ou estágio de capacitação, deve o terapeuta proseguir dentro de sua própria linha teórica na análise dos componentes que considerar relevantes à estrutura de personalidade de seu cliente.

Outra conclusão relativa ao aspecto clínico diz respeito ao conceito de "percepto". Seja qual for o modelo de intervenção pretendido pelo terapeuta, ao final irá sempre embu-tir uma alteração no percepto do cliente. No caso do terapeuta optar pelo "tornar capaz", haverá em qualquer estágio de atua-ção um movimento de capacitação pessoal em relação ao objetivo, o que nada mais é do que uma mudança no percepto do sujei-to sobre si mesmo. Na opção de utilização da "alternativa de não precisar ser capaz", o que ocorrerá é um questionamento do objetivo, o que necessariamente implica em alterações pelo su-jeito do percepto de realização. Assim sendo, qualquer inten-ção de alteração no sentimento de capacidade deve sempre ser precedida, ou pelo menos acompanhada de alterações no per-cepto do cliente, seja de si mesmo ou do conceito de realização.

As propriedades disposicionais e a coordenação são constructos que, apesar da posição teórica mais elevada em re-lação ao percepto, não são diretamente alteradas pela intervenção imediata do terapeuta. As propriedades disposicionais são relativas à cognição do real, portanto estáveis e normativas e a coordenação, que trata de constância psicológica, está vinculada àquelas propriedades e necessitaria de toda uma re-formulação do entendimento de mundo do sujeito, para ser alte-

rada. É possível, pelo menos teóricamente, que consecutivas alterações em diferentes perceptos acabem por reverter os veto-res originais e alterem as propriedades disposicionais (ao me-
nos nossa percepção delas) e nossa coordenação, como no fluxo
grama:



Entretanto, não temos até aqui como comprovar tal postulação. De qualquer modo, por se tratar de constructos de cognição do real, não são alterados por intervenções específicas a uma situação vivencial. Se o puderem ser, serão sem dúvida por um profundo tratamento de todos os componentes de apren-dizagem social do indivíduo. Fica desta forma, o percepto como base de alteração possível, ao menos a curto prazo, na obten-
ção de mudanças no sentimento de capacidade.

A própria definição de personalidade em muitas teo-
rias, principalmente as vinculadas à escola francesa de psico-
logia, determina um processo sistêmico, mutável, não como algo
que se possua, mas sim como algo que se exhibe na relação com o
outro. O que pode estar mais próximo do que isto às teorias re-lacionais da psicologia social? Mesmo em Adler, a motivação
fundamental do homem são as solicitações sociais, pelas quais
o indivíduo necessita realizar e fortalecer-se para obter segu

rança e condição de estruturar sua personalidade. Outros teóricos da personalidade, em especial os Culturalistas, relacionam de forma muito próxima a construção da personalidade aos processos sociais e relacionais do indivíduo. Fromm, por exemplo, acredita que as pessoas se apegam de modo tão intenso aos seus vínculos sociais que até mesmo a liberdade passa a ser temida, quando implica em retirada do sujeito de seu meio "protetor". A própria Gestalt, como exemplo de outras correntes de pensamento não vinculadas ao Culturalismo ou à Psicanálise, diz que "a mudança ocorre quando uma pessoa se torna o que é, não quando tenta converte-se no que não é" (Joen Fagan, 1980,p.110), o que em nosso entender corresponde à aceitação pelo sujeito de suas capacidades e características pessoais. Enfim, uma série de abordagens voltadas para a clínica encontram pontos de convergência com os aspectos das teorias relacionais.

Em nossa própria prática psicoterápica, na medida em que passamos a utilizar os procedimentos de Heider como testagem de viabilidade clínica, fomos nos deparando com conclusões que demonstravam esta estreita correlação. A facilidade e a naturalidade com a qual embutimos em nossa prática clínica os conceitos de Heider não provocaram nenhuma mudança perceptível em nossa atuação normal. Nenhum cliente apresentou indício de estranheza ou manifestou surpresa pela possível mudança de postura ou método do terapeuta. Isto levou-nos a pensar que, de certa forma, estes conceitos já se encontravam presentes, apesar de não ordenados e sistematizados em nossa atuação clínica. Imbuídos do propósito de averiguar se este procedimento restringia-se a nossa prática pessoal e motivados pela necessi

dade de retorno técnico, submetemos nosso estudo a outros terapeutas de diferentes linhas teóricas. Estes terapeutas (dois Psicanalistas, um Rogeriano e um Gestaltista) entrevistados muitas vezes informalmente demonstraram que, apesar do desconhecimento da teoria social, encontravam nos exemplos clínicos diversas identificações com seus próprios métodos de atuação. Independente da predileção por um ou outro modelo de atuação, a opinião geral destes profissionais foi de que uma metodologia de aplicação destes conceitos não só é viável, como seria de profunda utilidade na identificação mais rápida e precisa no tipo de objetivo do cliente e na forma de capacitação a ser utilizada. Esta é também nossa opinião pessoal e esperamos no futuro colaborarmos na construção desta metodologia.

Uma pesquisa clássica em psicologia social pode, de certa forma, explicar estas identificações de diferentes correntes teóricas com uma teoria social. Foram apresentados a alunos de psicologia filmes de entrevistas clínicas em diferentes linhas teóricas. As entrevistas filmadas exibiam a atuação de terapeutas formados há menos de cinco anos e há mais de dez anos. Pediu-se aos alunos que tentassem, pela atuação do terapeuta, identificar sua linha teórica. Nos filmes que apresentavam terapeutas formados há menos de cinco anos, o índice de acerto foi considerável. Entretanto, nas entrevistas de terapeutas formados há mais de dez anos, foi praticamente impossível a distinção de suas linhas teóricas.

A avaliação do resultado desta pesquisa, demonstrou que, na medida em que o terapeuta vai ganhando segurança técnica e profissional, vai havendo uma certa linearidade teórica

entre os profissionais das diferentes correntes clínicas. Como esta linearidade não ocorre de forma educada ou sistemática, não é difícil concluir que os polos teóricos acabam na prática direcionando-se a um "senso comum". E, coincidentemente ou não, é justamente a psicologia do senso comum a abordagem conceitual de Heider.

Nossa experiência com os resultados e entrevistas colhidas no decorrer do trabalho, assim como a análise de teorias da personalidade voltadas para a clínica, leva-nos a concluir como o fez Heider que ...

"Na realidade, todos os psicólogos usam idéias do senso comum em seu pensamento científico; todavia, usualmente o fazem sem analisá-las e sem torná-las explícitas",
(Heider, 1970, p. 18).

O terapeuta que trabalhar o conceito de capacidade, com seus clientes deve estar ciente que mais do que uma questão de relacionamento ou sentimentos de menos-valia, estará trabalhando sobre um dos mais poderosos alicerces de nossa cultura ocidental. Dos conquistadores da antiguidade aos astronautas de nossa era, toda realização vem sempre acompanhada de glória, fama e poder e toda nossa formação está voltada para valorização destes predicados. Em absoluto somos contrários às realizações e nunca seríamos ingênuos a ponto de menosprezar não só suas contribuições para a vida e para a civilização, como também os benefícios egóicos delas provenientes. O que pretendemos é que ninguém seja obrigado a realizações acima de seus potenciais e que as pessoas aprendam não só a valorizar

os grandes feitos, como também as pequenas conquistas do nosso dia a dia.

Quando o profissional se depara com problemas emocionais decorrentes de capacitação deve, antes de optar pelos caminhos de "tornar capaz" ou "não precisar ser capaz", levar em consideração todo este histórico cultural, a fim de não incorrer em riscos, seja no sentido de deslocar o cliente de seu contexto ideológico, seja pela exacerbação exagerada de seu potencial de realização.

Esperamos que, com a apresentação desta dissertação, tenhamos obtido nosso intuito de demonstrar a viabilidade de serem utilizadas na clínica psicoterápica conceituações provenientes de psicologia social. Mais do que isso, o que desejamos é que, de algum modo, este trabalho estimule terapeutas de diferentes correntes ao estudo da psicologia social e com isto, beneficiarem-se dela em suas práticas, como cremos que tenhamos feito.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Alfred. El Carácter Neurótico. Buenos Aires, Paidós, 1954, p. 47-94.
- ALLPORT, G.W. Personalidade. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1973, p. 85-344.
- ASCH, Solomon E. Psicologia Social. São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- ASHWORTH, P.D. Social Interaction and Consciousness. New York, Wiley and Sons, 1979.
- BANDLER, R. & GRINDER, J. A Estrutura da Magia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- DELA COLETA, J. Augusto. Atribuição de Causalidade. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1982.
- FAGAN, Joen & SPHEPHERD, Irma L. Gestalt-Terapia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, p. 11-114.
- FROMM, Erich. Psicanálise da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1979.
- HALL, C.S. & LINDZEY, G. Teorias da Personalidade. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1973, p. 135-179.
- HEIDER, Fritz. Psicologia das Relações Interpessoais. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- HOLLAND, Ray. Eu e Contexto Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- HORNEY, Karen. A Personalidade Neurótica do Nosso Tempo. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1974.
- MC CLELLAND, David C. Power - The Inner Experience. New York, Wiley and Sons, 1975, p. 3-29.

MONTEIRO, Washington de B. Curso de Direito Civil. São Paulo, Editora Saraiva, 1970, p. 58-80.

RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1978.

RODRIGUES, Aroldo. Estudos em Psicologia Social. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1979.

ROGERS, Carl R. Tornar-se Pessoa. São Paulo, Martins Fontes, 1981, p. 43-139.

SAWREY, James M. & TELFORD, Charles W. Psicologia do Ajustamento. São Paulo, Editora Cultrix Ltda., 1974, p. 29-276.

SCHNEIDER, Kurt. Psicopatologia Clínica. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1976, p. 155-199.

SKINNER, B. F. Beyond Freedom and Dignity. New York, Knopf, 1971.

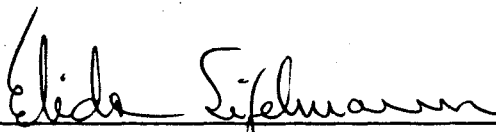
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

**APLICABILIDADE DA TEORIA DE CAPACIDADE DE HEIDER À
CLINICA PSICOTERÁPICA**

MESTRANDO: MICHEL SHPIELMAN

Dissertação submetida ao CORPO DOCENTE do Centro de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais da Fundação Getulio Vargas como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de **MESTRE EM PSICOLOGIA**.

Aprovada por:



Dra. Elida Sigelmann
Professor Orientador
Membro da Comissão Examinadora



Dr. Celso Pereira de Sá
Membro da Comissão Examinadora



Dr. Eliezer Schneider
Membro da Comissão Examinadora

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

20 de Junho de 1989